Sumário

Número de notícias: 35 | Número de veículos: 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Punição exemplar (3) 4

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
A serviço da família Bolsonaro (3) 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL
Revisão total de aposentadorias vai aumentar filas do INSS, diz governo 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL
Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil, escolhe novo presidente 8

O POPULAR - GO - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL
A reforma tributária em fatias (2) 9

O POPULAR - GO - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Revisão da vida toda tem virada no STF 10

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL
Como a reforma administrativa afeta os atuais servidores públicos? (2) 11

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL
Operação do MP prende líder de grupo especializado em aplicar golpes contra idosos no RN 12

R7 - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Novos prazos de concessão do INSS começam a valer nesta quinta-feira 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO
Patrimônio líquido negativo da União sobe 49%, para R$ 4,4 tri 16

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - POLÍTICA NACIONAL
SERVIDOR PÚBLICO
Reforma administrativa tem comissão instalada 18

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - PODERES
CONGRESSO EM FOCO
Retorno do voto impresso pode custar R$ 2 bilhões 19

O POPULAR - GO - NOTÍCIAS/POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Sem prova, Bolsonaro volta a falar em fraude em pleito 20

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
REFORMA TRIBUTÁRIA
CNI repudia tributação maior 22

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNI critica alíquota de imposto sobre serviços 23

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Preços aumentam e inflação bate recorde 25

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
O Brasil não pode esperar! (2) 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Plano econômico para a reeleição - ADRIANA FERNANDES 27

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Expressões e práticas proibidas: sem juros e taxa zero 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Inflação de maio é a mais alta em 25 anos 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Dúvidas sobre política de juros do BC 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Governo desbloqueia R$ 3,1 bilhões de ministérios, menos que o espaço disponível 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
índices não refletem mudança de consumo 35

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
ECONOMIA
Acomodação à tragédia - WILLIAN WAACK 36

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Acredite, Brasília registra a menor inflação do país 37

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA
Risco de estouro da inflação (3) 39

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Gasolina e conta de luz impulsionam o índice 40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
OCDE mostra a aceleração da inflação (3) 41

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Entenda por que o dólar está em trajetória de queda 42

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Evento discute rumos da economia no Brasil e no mundo 44

A GAZETA - MT - OPINIÃO
ECONOMIA

Brasil e as décadas perdidas - ALFREDO DA MOTA MENEZES 45

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
ECONOMIA
ESG: é preciso compreender, adotar e disseminar - ACB EM FOCO 46

AGORA - SÃO PAULO - SP - EDITORIAL
ECONOMIA
Planos sociais (3) 47

AQUI - DF - GERAL
ECONOMIA
Pobres pagam o pato 48

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA
Pronampe, luz no fim do túnel? (2) 49

Punição exemplar (3)

A punição ao auditor Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques pelo Tribunal de Contas da União (TCU) deve ser exemplar. É inaceitável que um servidor concursado use as suas funções para fraudar informações com o intuito de favorecer o presidente da República, que nega todos os males causados pela pandemia do novo coronavírus. Negacionista declarado, Alexandre elaborou um "estudo paralelo", sem qualquer base técnica e científica, no qual afirma que pelo menos 50% das mortes pela covid-19 no país não existiram. Para ele, tudo teria sido uma jogada de governadores para receberem mais verbas federais.

Ao elaborar informações falsas, que foram usadas pelo chefe do Executivo para fustigar seus adversários políticos, o auditor não afrontou apenas o TCU, uma das instituições mais sérias do país. Deu um soco no estômago de todas as famílias despeçadas pela perda de entes queridos - pais, mães, filhos, avós, tios, irmãos. Também atacou a credibilidade de profissionais de saúde, os responsáveis por atestarem os óbitos. Num país que já perdeu quase 500 mil cidadãos para o vírus, Alexandre Silva Marques deve desculpas públicas a todos.

Felizmente, por tudo o que disseram os ministros do TCU e pela agilidade com que reagiram às fraudes cometidas por um de seus auditores, não deverá haver impunidade neste caso. Além de ser afastado imediatamente de suas funções por pelo menos 60 dias e ter o acesso aos sistemas do Tribunal suspenso, o servidor terá de responder a um inquérito aberto pela Polícia Federal. Alexandre Silva Marques pode ser acusado de inserir informações falsas na rede da Corte de contas, disseminar fake news e induzir a população a erros, ao minimizar a mais grave pandemia em 100 anos.

O auditor acreditou que, por ter fortes laços com a família Bolsonaro - o pai dele, um militar, foi indicado pelo presidente da República a um cargo na Petrobras -, seus crimes passariam impunes. Não vão. Ele, inclusive, só não ganhou uma diretoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2019 porque o então presidente do TCU, José Múcio Monteiro, vetou, sob a alegação de conflito de interesses. Para Monteiro, era inadmissível um servidor de um órgão fiscalizador ocupar um cargo em uma instituição que está na lista dos entes que passam por averiguação.

O "estudo paralelo" elaborado por Alexandre Silva Marques é um exemplo claro de como o governo está tentando expandir seus tentáculos sobre órgãos considerados estratégicos. Isso está visível na Polícia Federal, na **Receita Federal** e no Itamaraty. O TCU é de extrema importância para o Palácio do Planalto, por fiscalizar os gastos públicos. Foi no Tribunal que se originou o processo que resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff por descumprimento das regras fiscais. O auditor mostrou que a cooptação é possível - uma ameaça assustadora.

O Tribunal de Contas da União precisa mostrar que o caso do auditor que tentou minimizar a pandemia do novo coronavírus é um caso isolado. Que não há a menor possibilidade de a política ditar o trabalho que deve ser puramente técnico. A boa notícia é que partiram dos colegas de Alexandre Silva Marques as denúncias de que ele estava fraudando dados para sustentar uma tese falsa sobre um tema extremamente sensível. Os funcionários do TCU fizeram um favor ao país. E a perspectiva é de que tal blindagem permaneça intocável. A responsabilidade dos ministros da Corte aumentou ainda mais.

A serviço da família Bolsonaro (3)

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, diz a Constituição no art. 5.º. No entanto, no governo de Jair Bolsonaro, a realidade é um pouco diferente.

Alguns - em particular, os familiares do presidente da República - são mais iguais do que os outros. Recebem um tratamento verdadeiramente único, inacessível a todos os outros brasileiros.

No dia 17 de setembro de 2020, o secretário da **Receita Federal**, José Barroso Tostes Neto, reuniu-se com o senador Flávio Bolsonaro e a advogada Luciana Pires na casa do filho do presidente. Luciana Pires defende Flávio no caso das rachadinhas, envolvendo o ex-assessor Fabrício Queiroz. A reunião foi confirmada pela **Receita Federal**, em resposta a requerimento da deputada Natália Bonavides (PT-RN).

Segundo o ofício da **Receita Federal** à Câmara dos Deputados, a reunião domiciliar foi solicitada pelo filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro e dizia respeito "à situação fiscal de pessoas físicas e jurídicas relacionadas ao senador Flávio Bolsonaro, na condição de sujeito passivo de obrigação tributária, bem como a notícias sobre suposta atuação irregular de servidores da **Receita Federal** no exercício de atividades funcionais".

A Receita informou também que José Barroso Tostes Neto recebeu, em seu gabinete, as advogadas de Flávio Bolsonaro, nos dias 26 de agosto e 14 de setembro de 2020.

Como se pode observar, é uma disponibilidade a que poucos brasileiros têm acesso.

Eventuais problemas ou dúvidas com o Fisco não costumam ser atendidos com essa deferência pelo chefe da **Receita Federal**.

Deve-se lembrar que não é a primeira vez que o primogênito de Jair Bolsonaro recebe ajuda especial de órgãos públicos para finalidades particulares. No ano passado, o senador Flávio Bolsonaro teve assessoria do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), recebendo orientações para sua defesa no caso das rachadinhas na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

Em agosto de 2020, advogados de Flávio Bolsonaro participaram de uma reunião no Palácio do Planalto com o diretorgeral da Abin, o delegado da Polícia Federal Alexandre Ramagem, e o ministro Augusto Heleno, chefe do GSI, pasta da Presidência à qual a agência é vinculada.

Depois da reunião, integrantes da Abin enviaram à defesa do senador Flávio Bolsonaro dois textos com orientações e conselhos. Estruturado com "finalidades" e "linhas de ação", um dos memorandos da Abin explicitava o objetivo proposto: "Defender FB (Flávio Bolsonaro) no caso Alerj demonstrando a nulidade processual resultante de acessos imotivados aos dados fiscais de FB".

Num dos trechos dos textos da Abin, uma das advogadas de Flávio foi aconselhada precisamente a conseguir uma audiência com o secretário da **Receita Federal** para "tomar um cafezinho".

Ela deveria exigir de José Barroso Tostes Neto informações e avisar que ajuizaria uma ação para obter acesso a relatórios internos da Receita que, no entendimento da defesa, teriam potencial de demonstrar acessos anteriores indevidos aos dados do senador, a chamada "arapongagem".

Agora, sabe-se que foi bem mais que um cafezinho. José Barroso Tostes Neto, cuja pasta é vinculada ao Ministério da Economia, recebeu duas vezes em seu gabinete as advogadas de Flávio Bolsonaro e ainda se dispôs a ir à residência do senador.

Quando foi revelada a ajuda da Abin e do GSI à defesa de Flávio Bolsonaro, o procurador- geral da República, Augusto Aras, avaliou que a acusação era grave, mas faltavam provas.

"O fato em si narrado é grave, o que não temos são provas desses fatos, nós não trabalhamos com narrativas. Trabalhamos com fatos e provas", disse Augusto Aras. Agora, a **Receita Federal** admite que a defesa de Flávio Bolsonaro, logo depois da reunião no Palácio do Planalto, seguiu exatamente os passos que foram aconselhados pelos memorandos da Abin.

Na República, o poder público não serve aos interesses da família presidencial. O que foge a isso é inconstitucional e escandaloso.

O secretário da **Receita Federal** reuniu-se com Flávio Bolsonaro e sua advogada

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Revisão total de aposentadorias vai aumentar filas do INSS, diz governo

Thiago Resende e Matheus Teixeira Brasília

Em julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal), a revisão de aposentadorias considerando inclusive os salários do trabalhador anteriores ao Plano Real atrasaria a concessão de benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), segundo o Ministério da Economia.

De acordo com nota técnica do governo, é "praticamente impossível automatizar cálculos" caso a decisão seja por autorizar a contagem com base em todas contribuições previdenciárias, incluindo as anteriores a julho de 1994.

A tese a favor do recálculo da aposentadoria pode gerar um custo adicional aos cofres públicos de R$ 46,4 bilhões em dez anos, segundo estimativa da equipe econômica.

Até esta quarta (9), os ministros Kassio Nunes Marques, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Dias Toffoli votaram contra a mudança no valor da aposentadoria, enquanto Marco Aurélio, Edson Fachin e Cármen Lúcia foram favoráveis.

O julgamento ocorre no plenário virtual, e os outros ministros têm até esta sexta-feira (11) para incluir seus votos no sistema.

Num parecer, o Ministério da Economia diz que há ausência de informações no sistema interno do **INSS** e prevê que, se derrotado no STF, haverá considerável aumento dos atendimentos na agência da **Previdência Social**, já que caberá ao segurado comprovar as contribuições pagas antes do Plano Real.

"Dessa forma, a tendência seria haver um grave efeito negativo sobre a celeridade na concessão de benefícios com prejuízos relevantes para todos os segurados do **INSS**", concluiu a pasta.

Uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) permite o recálculo das aposentadorias. A União questiona esse entendimento e aguarda a decisão do plenário do STF.

O IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário) considera justa a revisão. "O segurado vai receber nada além do que ele contribuiu", disse a presidente do IBDR Adriane Bramante.

Bramante afirmou que nem todos podem se beneficiar com o recálculo levando em consideração as contribuições anteriores ao Plano Real Por isso, o custo operacional do **INSS** não seria tão elevado.

"Isso [não ter dados no sistema] não é desculpa para deixar de dar o direito da pessoa", afirmou.

Segurados que tinham altas contribuições antes do Plano Real podem se beneficiar dessa revisão. Para isso, precisam acionar a Justiça.

Tribunais começaram a aplicar a decisão do STJ, concedendo acréscimo no valor da aposentadoria ou pensão com base em todas as contribuições pagas, mesmo as anteriores a julho de 1994.

No ano passado, porém, o STF aplicou repercussão geral à discussão, o que significa que a decisão valerá para todos os processos sobre o tema, e suspendeu a tramitação de todas as ações do país que tratam do assunto.

O desfecho final desse caso depende do resultado do STF, que analisa um recurso da AGU (Advocacia-Geral da União) contra a decisão do STJ.

O Ministério da Economia pede que o entendimento do STJ seja derrubado e não seja permitido o aumento nos valores da aposentadoria gerado pela revisão da vida toda, ou seja, da inclusão também de salários anteriores ao Plano Real no cálculo.

"Em razão de questões específicas burocráticas, questões específicas formais, questões específicas de Justiça previdenciária, criamos um marco legal em julho de 1994, momento em que houve estabilização da nossa moeda. Isso é uma lei, uma regra", disse o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, em debate virtual nesta quarta.

O casto imediato estimado pelo governo é de R$ 20 bilhões, considerando o pagamento de parcelas passadas.

Para os próximos dez anos, a conta é que R$ 26,4

bilhões seriam desembolsados para elevar benefícios que podem ser atendidos pela revisão.

Revisão total de aposentadorias vai aumentar filas do **INSS**, diz governo

Até a reforma da Previdência (novembro de 2019), o valor da aposentadoria era calculado com base nos 80% maiores salários a partir de julho de 1994. Uma decisão do STJ amplia essa base e tem potencial de aumentar o benefício de quem recebia altos salários.

"Agora se busca avaliar o período pretérito, anterior a 1994, que tem uma estabilidade abissal, enorme", disse o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco.

Segurados que querem se beneficiar da revisão da vida toda devem ficar atentos a alguns pontos. Há um prazo para pedir o novo cálculo à Justiça.

Esse limite é de dez anos contados a partir da data de recebimento da primeira aposentadoria.

Além disso, a legislação permite que o pagamento retroativo seja de apenas cinco anos. Isso significa que, mesmo em caso de decisão favorável no processo judicial, o **INSS** irá pagar o adicional referente aos últimos cinco anos.

O primeiro a votar sobre o tema no STF foi Marco Aurélio, relator do caso. Ele disse que não é correto falarem majoração de benefício sem contrapartida, muito menos em ofensa ao equilíbrio financeiro ao Regime Geral da Previdência.

"Ao contrário, o enfoque prestigia a realidade dos fatos, uma vez que o afastamento da limitação temporal, considerada a regra definitiva, permite alcançar recolhimentos efetivamente realizados", afirmou.

O ministro argumentou, ainda, que a jurisprudência atual do Supremo concede ao segurado o direito ao cálculo mais vantajoso.

Kassio Nunes Marques, porém, inaugurou a divergência e foi acompanhado por três colegas.

O magistrado afirmou que a mudança no cálculo foi uma opção legítima do Congresso a fim de facilitar o computo de contribuições à Previdência anteriores à alteração da moeda vigente no país.

Revisão de aposentadorias

Oque é Os segurados que tinham altas contribuições antes da implantação do Plano Real, em julho de 1994, podem se beneficiar com a revisão da vida inteira (todas as contribuições); o valor da aposentadoria pode subir em alguns casos. A correção está em discussão no STF

Como funciona Aposentados que contribuíram sobre salários altos de 1994 entram na Justiça para pedir a revisão. Na ação judicial, os salários recebidos antes do Plano Real entram no cálculo da aposentadoria

Prazo O prazo para pedir a revisão é de até dez anos após o recebimento da primeira aposentadoria

Atrasados Se a Justiça concede a revisão, os valores atrasados se limitam aos cinco anos anteriores

Criamos um marco legal em julho de 1994, momento em que houve estabilização da nossa moeda. Isso é uma lei, uma regra

Bruno Bianco

secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia

Site: https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49554

Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil, escolhe novo presidente

Julio Wiziack são paulo

O conselho deliberativo da Previ, o bilionário fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, aprovou nesta quarta-feira (9) a indicação do contador Daniel Stieler como seu novo presidente. Ele substituirá José Maurício Pereira Coelho, que deixa o comando do fundo nesta sexta-feira (11).

Aposse, no entanto, dependerá de aprovação da Previc (Superintendência Nacional de **Previdência Complementar**), o regulador dos fundos de pensão. Essa exigência vigora desde 2017 e exige emissão de um atestado de habilitação para cargos na diretoria executiva e nos conselhos deliberativo e fiscal da Previ.

Stieler é graduado em ciências contábeis pela Universidade Federal de Santa Maria (RS) e tem pós-graduações em administração financeira e auditoria, ambas pela FGV (Fundação Getulio Vargas), e MBA em contabilidade, pela USP

Ele entrou no BB na década de 1980 como menor aprendiz e fez carreira na instituição.

Desde janeiro, comandava o Economus, instituto de **seguridade social** da Nossa Caixa, instituição adquirida pelo BB em 2009 e que não foi incorporada pela Previ.

A troca de comando na Previ reflete mudanças na política imposta por Jair Bolsonaro nos dois bancos estatais, o Banco do Brasil e a Caixa. Na Caixa, Pedro Guimarães, entrega um conjunto de medidas que favorecem politicamente o presidente. Mas, no BB, o comando resistia a um alinhamento como Planalto.

Na Previ, a avaliação foi de que José Maurício, como o executivo é conhecido, vinha sendo pressionado a deixar o cargo para abrir vaga para acomodar aliados do governo.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49554

A reforma tributária em fatias (2)

André Abrão

A ideia de uma ampla reforma no sistema tributário brasileiro não é de hoje. Desde a Emenda Constitucional nº 18 de 1965 temos o princípio da não-cumulatividade de **impostos**, que à época se impunha para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e sobre o antigo ICM, atual ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação).

Indo mais longe, o princípio da não-cumulatividade de **impostos** vem desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em razão da concorrência comercial entre os países, propiciando o surgimento de mercados econômicos mais competitivos, tanto internamente quanto externamente. No Brasil, o princípio foi instituído em 1965 e reafirmado no Código Tributário de 1966, diploma este que foi admitido explicitamente em nossa Constituição Federal de 1988. Em 2003, uma nova **reforma tributária** estendeu a não-cumulatividade às contribuições dos Programas de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins).

De lá para cá, a discussão de uma reforma mais ampla nunca parou e há hoje pelo menos três projetos distintos de **reforma tributária** em discussão no Congresso Nacional e que tendem a caminhar mais rapidamente este ano. A primeira proposta é da PEC 45, vinda da Câmara dos Deputados, que propõe a unificação do PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS num único imposto, chamado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com alíquota única e igual para todos os setores. O IBS teria o valor formado pela soma das alíquotas federal, estaduais e municipais.

A segunda proposta é a da PEC 110, apresentada no Senado Federal, que propõe unificar, além dos cinco **tributos** já inseridos na PEC 45, também o IOF, Pasep, Cide-Combustíveis e Salário-Educação em um tributo único. Na PEC 110, as alíquotas valem de forma uniforme em todo o território nacional, porém podem variar de acordo com o bem e serviço em relação a uma alíquota-base estabelecida.

E, por fim, foi apresentada em fevereiro do ano passado uma terceira proposta vinda do Poder Executivo Federal, que tenta viabilizar a aprovação das reformas tributárias já apresentadas, mas de forma parcelada, para que não sofra resistência no Congresso Nacional.

O presidente da Câmara dos Deputados tem defendido atualmente a proposta vinda do governo federal, de fatiar em etapas a **reforma tributária** para facilitar a tramitação no Congresso. Segundo Arthur Lira (PP-AL), "queremos sempre a maior reforma possível. Mas a melhor nem sempre é a maior, sabemos. A melhor será sempre a possível". A ideia é criar um cronograma comum com o Senado para começar a votar em parcelas tentando unificar as propostas vindas da PEC 45 e da PEC 110.

André Abrão

Advogado tributarista

Site: https://www.opopular.com.br/digital/10-junho-2021/1o-caderno

Revisão da vida toda tem virada no STF

Os segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que aguardam o desfecho do julgamento da revisão da vida toda no STF (Supremo Tribunal Federal) sofreram uma virada nesta quarta (9). Com três votos a favor, a correção caminhava de forma positiva aos aposentados. No entanto, quatro ministros votaram contra a correção.

O primeiro voto contrário foi apresentado pelo ministro Kássio Nunes Marques na terça-feira (8). Nesta quarta (9), ele foi seguido por outros três ministros: Dias Toffoli, Roberto Barroso e Gilmar Mendes. Com isso, o placar atual é de quatro votos contra a correção e três a favor. A corte tem, ao todo, 11 ministros.

Já os ministros Edson Fachin e Cármen Lúcia acompanharam o voto do relator, o ministro Marco Aurélio, a favor dos aposentados. Para Marco Aurélio, a revisão é constitucional. O julgamento do Tema 1.102 ocorre no plenário virtual. Nesta modalidade, os ministros depositam seus votos no sistema. A previsão de término do julgamento é nesta sexta-feira (11).

Em seu voto contrário, Nunes Marques coloca dois principais pontos contra a correção: o principal deles é o acréscimo de gastos de R$ 46 bilhões em dez anos, que traria um risco às finanças públicas. Além disso, ele aponta a questão da isonomia (igualdade de direitos aos segurados).

A revisão beneficia trabalhadores que começaram a contribuir com a Previdência antes de 26 de novembro de 1999, que pedem para que seja aplicada a eles a mesma regra do grupo que começou a recolher a partir de 27 de novembro daquele ano, ou seja, a inclusão de todas as suas contribuições no cálculo da aposentadoria. (Folhapress)

Site: https://www.opopular.com.br/digital/10-junho-2021/1o-caderno

Como a reforma administrativa afeta os atuais servidores públicos? (2)

Geilis Marciele Santos da Silva

Se você é servidor público e acha que a famosa Reforma Administrativa ou Proposta de Emenda à Constituição - PEC 32 não atingirá os seus direitos, infelizmente, está enganado. Não há dúvidas de que os atuais servidores e até mesmo os aposentados serão impactados pelos efeitos do Projeto de Lei.

Dentre os inúmeros direitos que podem ser alterados, o maior deles, ao meu ver, é a estabilidade do profissional, que ficará extremamente fragilizada.

Além disso, a PEC retira da Constituição Federal os critérios específicos de remuneração, ou seja, as regras que tratam de aumento salarial e remuneração, o que, a longo prazo, poderá fazer com que os servidores atuais vivenciem situações anti-isonômicas, refletida através da defasagem salarial.

Mas, não são "somente" estes fatores que geram preocupação, já que se pode citar ainda: dispensa por decisão de órgão, avaliação de desempenho que pode resultar em demissão (atrelada à uma lei ordinária, que é mais facilmente modificada, e não a uma lei complementar como é hoje), convívio em local de trabalho competitivo entre os servidores entrantes (aqueles em vínculo de experiência), perda do espaço de liderança e assessoramento (poderão ser ocupados 100% por pessoas de fora do serviço público), além de um impacto significativo e direto nas aposentadorias, pois os novos vínculos contribuirão para o Regime Geral de **Previdência Social**, e não para o Regime Próprio o que acarretará aumento de base de contribuição dos servidores já aposentados.

Recentemente, a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 32, foi aprovada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) com 39 votos favoráveis e 26 votos contra e agora seguirá agora para a Comissão Especial, onde será analisado seu mérito (conteúdo).

Entre os dias 07 e 11 de junho, duas situações importantíssimas acontecerão para definir o que ocorrerá com a PEC, que atualmente é uma das prioridades de aprovação do presidente da Câmara e do Governo Federal.

A primeira delas é a criação de uma Comissão Especial composta por 34 membros indicados pelos partidos; que além de analisar o mérito (conteúdo) poderá ainda alterar a proposta original e tem o prazo de 40 sessões do Plenário para votar o relatório. Mas, o prazo para emendas se esgota nos 10 primeiros dias.

A segunda será a decisão do mandado de segurança nº 37.688, que tem como objetivo suspender a tramitação no âmbito do legislativo e requer a determinação, ao Ministro da Economia para que forneça os documentos necessários à deliberação e votação, em especial o estudo de impacto financeiro-orçamentário, cuja relatoria se encontra com o Ministro do STF Marco Aurélio e que já teve o julgamento iniciado de forma virtual.

Sabendo de todos os fatos apresentados, é importante destacar que houve uma conquista para os **servidores públicos** durante a discussão no CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), pois foram excluídas da proposta inicial os "superpoderes" ao Presidente da República, a inclusão de novos princípios na Constituição Federal e o enunciado que proibia os servidores ocupantes de cargos típicos de Estado de exercerem qualquer outra atividade remunerada, sob a alegação de traduzir limitação à liberdade de trabalho e atividade cumulativa mesmo quando houvesse compatibilidade de horários .

O que se percebe, ao fim da leitura do projeto, é que este atinge em diversos pontos os atuais servidores, afinal, possui como intuito principal economizar e cortar gastos, abrindo mão do aperfeiçoamento do serviço público.

* Geilis Marciele Santos da Silva é bacharel em Direito pelo Centro Universitário UniFavip/Wyden, desde 2010. É especialista em Direito Previdenciário pela Universidade Cândido Mendes

Operação do MP prende líder de grupo especializado em aplicar golpes contra idosos no RN

Por G1 RN

Material apreendido durante operação do Ministério Público contra grupo suspeito de fraudes no RN - Foto: MPRN/Divulgação

Uma operação do Ministério Público do Rio Grande do Norte prendeu um homem suspeito de chefiar um grupo especializado em aplicar golpes contra idosos e instituições financeiras pela internet, nesta quinta-feira (10).

Segundo os investigadores, o homem de 51 anos seria líder de um grupo criminoso que teria aberto mais de 100 contas bancárias fraudulentas. Os golpes devem ultrapassar o valor de R$ 1 milhão.

Até o momento, 14 vítimas foram identificadas, mas há possibilidade de o grupo já ter feito mais de 100 vítimas, de acordo com a corporação.

MPRN cumpriu mandados de prisão preventiva e busca e apreensão nesta quinta-feira (10) em Natal e Várzea. - Foto: MPRN/Divulgação

Operação Prenda-me se for capaz cumpriu quatro mandados de busca e apreensão e um mandado de prisão preventiva nas cidades de Natal e Várzea nesta quinta-feira.

Dois mandados foram de busca eram contra um empresário do ramo de empréstimo consignado que, ao que tudo indica, cooptava vítimas e contratava operações financeiras fraudulenta, prejudicando essas pessoas.

A empresa promotora de crédito sediada no centro de Natal também foi alvo das buscas. Segundo o MP, as investigações demonstraram a participação de outras pessoas que serão identificadas ao longo da investigação.

Investigação

De acordo com o MP, as investigações foram iniciadas após um idoso informar que tinha sido vítima de um prejuízo de aproximadamente R$ 40 mil, proveniente de empréstimos consignados e compras com cartões - serviços que nunca contratou.

Os investigadores perceberam que a fraude foi operacionalizada totalmente pela internet, através de aplicativos dos bancos, provedores de conteúdo e utilizando até as plataformas do Instituto Nacional de **Seguridade Social** (**INSS**).

Ainda de acordo com o MP, as investigações comprovaram a existência de um grupo articulado, com divisão de tarefas que iam desde a falsificação de documentos, abertura de contas, contratação de empréstimos, movimentações financeiras e utilização dos valores de forma digital.

Como funcionava

As contas bancárias eram abertas pelos aplicativos dos bancos utilizando a documentação falsa. Esse era o ponto de partida para a contratação dos empréstimos e outros serviços financeiros.

Com base nisso, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) passou a rastrear e monitorar os vestígios digitais deixados pelos operadores do esquema, com autorização judicial.

A partir dos vestígios, as análises demonstraram quais os bancos preferidos pelo grupo, como eram utilizados os valores e até mesmo a localização exata dos envolvidos.

Suspeito preso preventivamente

Com o decorrer da investigação, totalmente cibernética, foi possível identificar um homem de 51 anos, que é considerado o líder da organização, que não teria outro meio de vida senão a prática destes crimes. Ele foi preso preventivamente.

"Foi um trabalho de investigação 100% cibernético, dado o grau de sofisticação e modus operandi deste grupo que atuava quase que exclusivamente pelas plataformas digitais, no que esporadicamente compareciam a algum terminal de autoatendimento

para realizar saques. Os rastros digitais deixados foram analisados pelo Gaeco. Acompanhar a rotina dos operadores destas fraudes foi o maior desafio, dada a praticidade e mobilidade proporcionadas pelas ferramentas de tecnologia, no que eles não se estabeleciam por muito tempo em um local fixo", explicou Liv Severo, promotora de Justiça que coordenou as investigações.

Segundo o MP, o nome da operação Prenda-me se for capaz é uma referência a estória de um dos maiores falsificadores e impostores dos Estados Unidos, que assumia identidades falsas para aplicar seus golpes, tendo se esquivado das autoridades por vários anos.

Site: https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/06/10/operacao-do-mp-prende-lider-de-grupo-especializado-em-aplicar-golpes-contra-idosos-no-rn.ghtml

Novos prazos de concessão do INSS começam a valer nesta quinta-feira

Leia também

Cupom Americanas: todos os códigos em um só link

Cupom Casas Bahia app todo o site com 20% de Desconto

Cupom Shopee app e no site 25% de Desconto

Cupom Submarino: confira todos neste link!

Cupom Extra: Dia dos Namorados com 30% de Desconto

Cupom Ponto Frio até 20% de Desconto! Todos os códigos nesse link!

Ganhe 12% de Desconto no Cupom TokEStok

20% OFF com o Cupom de Desconto Polishop

A partir desta quinta-feira (10), o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) deverá cumprir novos prazos para a concessão de benefícios. O período para análise terá limites de 30 a 90 dias, de acordo com o tipo de benefício ou auxílio solicitado. Esses novos limites serão aplicados para os benefícios solicitados a partir de hoje.

Leia também: Um em cada três segurados do **INSS** ainda não fez prova de vida

Após negociação do instituto, Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Ministério da Economia, Advocacia Geral da União com o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União, foram estabelecidos limites na tentativa de diminuir a espera por benefícios. O acordo foi homologado pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Caso os prazos não sejam cumpridos, haverá o pagamento de juros e mora ao segurado e o pedido será encaminhado para Central Unificada para o Cumprimento Emergencial, composta por membros do **INSS**, MPF e DPU, que terá até dez dias para a conclusão da análise.

A fila dos benefícios passou de 1,7 milhão em janeiro para 1,9 milhão em maio e o tempo de espera superou 100 dias. O **INSS** tem analisado em média 800 mil benefícios por mês. Além disso, também há registro de fila de requerimentos aguardando perícia médica de 520.510 segurados.

Leia também: Aposentadoria: veja quando vale a pena pedir a 'revisão da vida toda '

O prazo máximo previsto em lei é de 45 dias, mas agora, com o acordo, todos os períodos não devem ultrapassar 90 dias e podem variar conforme o tipo e o grau de complexidade do benefício.

O prazo para realização da perícia médica e da avaliação social para benefícios como o BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, permanecerá suspenso enquanto perdurarem efeitos da pandemia da covid-19 que impeçam o pleno retorno dessas atividades.

"O acordo, homologado pelo STF, é de extrema importância para todos. Ele vai de encontro com as ações que já vínhamos fazendo. Desde 2020, o **INSS** implementou medidas para agilizar a concessão sempre com total responsabilidade e zelo para com os segurados. Contratamos servidores temporários; ampliamos as equipes de análise em 22 por cento; ampliamos o número de benefícios concedidos de forma automatizada; realizamos mutirões para os benefícios mais solicitados, como, auxílio-maternidade e pensão por morte, entre outras ações", destacou o presidente do INNS, Leonardo Rolim.

- Benefício assistencial à pessoa com deficiência - 90 dias

- Benefício assistencial ao idoso - 90 dias

- Aposentadorias, salvo por invalidez - 90 dias

- Aposentadoria por invalidez comum e acidentária (aposentadoria por incapacidade permanente) - 45 dias

- Salário-maternidade - 30 dias

- Pensão por morte - 60 dias

- Auxílio-reclusão - 60 dias

- Auxílio-doença comum e por acidente do trabalho (auxílio temporário por incapacidade) - 45 dias

- Auxílio-acidente - 60 dias

Site: http://noticias.r7.com/economia/novos-prazos-de-concessao-do-inss-comecam-a-valer-nesta-quinta-feira-10062021

Patrimônio líquido negativo da União sobe 49%, para R$ 4,4 tri

Bernardo Caram

Sob impacto da pandemia do coronavírus, a União registrou um patrimônio líquido negativo de R$ 4,4 trilhões no encerramento de 2020.

O valor é recorde e representa um aumento de 49,1% no rombo em relação a 2019, quando ficou em R$ 3 trilhões.

O dado, publicado pelo Tesouro, foi impulsionado pelos gastos emergenciais do governo para enfrentamento da crise sanitária, além da atualização de cálculos sobre gastos futuros com militares e possíveis perdas com inadimplência de estados e municípios.

O patrimônio líquido da União representa a diferença entre os ativos e direitos do país (como dinheiro em caixa, receitas a receber, participação em estatais e imóveis) menos as contas que precisa pagar (como dívidas, aposentadorias e passivos decorrentes de decisões da Justiça).

Esse indicador está no campo negativo desde2ois e vem piorando ano a ano, mas agora registrou uma deterioração em ritmo abrupto.

O subsecretário de Contabilidade Pública do Tesouro Nacional, Heriberto Vilela do Nascimento, diz ser normal que governos tenham patrimônio líquido negativo.

No Brasil, porém, o rombo é considerado alto em comparação com outros países e em relação ao **PIB**.

"É mais um indicador de que a gente tem uma situação de finanças públicas que precisa ser mais bem administrada e revertida. Essa reversão se dá na perspectiva fiscal, o país voltar a ter superávit primário, reequilibrar suas contas."

O objetivo, no entanto, não é visto pela equipe econômica para concretização a curto prazo.

Estimativa de abril do Ministério da Economia aponta que o governo seguirá com as contas no vermelho ao menos até 2024, totalizando 11 anos seguidos de resultado primário negativo.

Em 2020, o governo registrou um aumento de R$ 772,6 bilhões em passivos relacionados a empréstimos e financia -mentos. Essa conta foi impulsionada pelas operações destinadas a cobrir gastos emergenciais na pandemia.

Essa foi a maior ampliação nas obrigações da União no ano. Em destaque nessa conta está a despesa com o auxílio emergencial, que custou R$ 293 bilhões em 2020, seguida do socorro a estados e municípios (R$ 78 bilhões) e repasses destinados a garantir programas de crédito (R$ 58 bilhões).

Entre os maiores impactos sobre o balanço da União, está a mudança na contabilização de gastos com militares.

Após alinhamento a padrões internacionais, houve o reconhecimento de um passivo de R$405,8 bilhões referente a benefícios de inativos das Forças Armadas. Há ainda um aumento de R$ 158,2 bilhões no passivo relacionado a pensões militares.

Além disso, nova metodologia de cálculo para as perdas prováveis de créditos a receber de estados e municípios gerou um impacto de R$ 343,3 bilhões. O subsecretário afirma que, apesar do aumento, não necessariamente haverá perda para a União nesse montante.

Nova estimativa também foi feita em relação às possíveis perdas em empréstimos feitos pelos governos regionais e garantidos pela União, aumentando o passivo em R$ 60 bilhões.

Entre os maiores gastos do governo, a despesa com pessoal registrou uma queda no -minai pela primeira vez desde 2009. Após anos de aumentos consecutivos, essa conta caiu de R$ 286,4 bilhões em 2019 para R$ 285,3 bilhões.

O movimento é resultado de ações adotadas pela equipe econômica, como a redução na taxa de reposição de **servidores públicos** que se aposentam e o congelamento salarial do funcionalismo.

Nessa área, a equipe econômica tenta aprovar no Congresso a reforma administrativa, que reduz salários de entrada no serviço público, aprimora mecanismos de progressão e elimina a estabilidade

para a maior parte dos cargos.

Em relação à Previdência, a projeção do déficit para 2022 do regime geral (voltado à iniciativa privada) é de 3,5% do **PIB** e poderá chegar a 8,67% em 2060. Antes da reforma da Previdência, a estimativa era de rombo de 11,64% para o mesmo ano.

Entre os passivos do governo, o Tesouro destaca o aumento expressivo do estoque da dívida pública no ano passado. O montante saltou de 13$ 4,2 trilhões em 2019 para R$ 5 trilhões.

"A União teve de se endividar para manter suas atividades operacionais", afirma o relatório.

É mais um indicador de que a gente tem uma situação de finanças públicas que precisa ser mais bem administrada e revertida

Heriberto Vilela do Nascimento

subsecretário do Tesouro

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49554

Reforma administrativa tem comissão instalada

A Câmara dos Deputados instalou, nesta quarta- -feira, 09, a comissão especial para analisar a proposta de emenda à Constituição da reforma administrativa, a PEC 32/20. O deputado Fernando Monteiro (PP-PE) foi eleito presidente do colegiado e o deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA) foi indicado relator da matéria. O relator tem até 40 sessões da Casa, contadas a partir de hoje, para proferir seu parecer. O prazo para apresentação de emendas será de dez sessões, contadas a partir de quinta-feira, 10. Cada emenda terá de ser assinada por 171 deputados.

Após ser analisado pela comissão especial, o texto será votado em dois turnos no plenário.

Para ser aprovado precisará de pelo menos 308 votos favoráveis dos 513 deputados.

A comissão especial voltará a se reunir na quarta-feira, 16, às 14h30, para a apresentação do plano de trabalho, votação de requerimentos e eleição dos vice-presidentes.

O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP- -AL), disse que a reforma não atingirá o direito dos atuais **servidores públicos**. A proposta terá validade após sua promulgação.

"Não mexerá em direito adquirido, mas dará um novo rumo de despesas, gastos e de serviços para um Brasil do futuro", disse.

Reforma A PEC 32/20, encaminhada ao Congresso Nacional em setembro do ano passado pelo governo federal, altera dispositivos da Constituição referentes a servidores, empregados públicos e modifica a organização administrativa do Estado.

Entre outros pontos, o texto estabelece cinco novos tipos de vínculos para os novos servidores.

Pela proposta, apenas as carreiras típicas de Estado terão a garantia de estabilidade no cargo após um período de experiência. A proposta determina ainda que uma lei complementar vai definir quais serão essas carreiras e seus critérios.

O texto mantém a previsão de realização de concursos para cargos permanentes fora das carreiras típicas de Estado, com uma segunda etapa de "vínculo de experiência" de, no mínimo, dois anos, e que a investidura acontecerá para os mais bem avaliados ao final do período, dentro do quantitativo previsto no edital do concurso público.

Será permitido o ingresso no serviço público federal por seleção simplificada para alguns vínculos. Inclusive com a previsão de vínculo por prazo determinado. A PEC também prevê a substituição das "funções de confiança", que atualmente devem ser ocupadas por servidores que tenham cargos efetivos, pelos "cargos de liderança e assessoramento".

A PEC restringe a participação do Estado na atividade econômica. Pela proposta, o Estado só poderá atuar diretamente em atividades econômicas previstas na Constituição.

Também proíbe o aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias com efeitos retroativos; as férias em período superior a 30 dias pelo período aquisitivo de um ano; e a aposentadoria compulsória como modalidade de punição.

Retorno do voto impresso pode custar R$ 2 bilhões

Em meio às discussões sobre o retorno do voto impresso no Brasil, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, alertou para o custo que a medida pode gerar aos cofres públicos. De acordo com ele, R$ 2 bilhões.

Barroso participou de uma audiência da Comissão do Voto Impresso, ontem (9), na Câmara, quando debateu as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que tratam, respectivamente, do assunto e da reforma eleitoral. A sessão foi conduzida pela presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL)

"Dois bilhões de reais faz muita diferença. Eu só gostaria de lembrar que nós não realizamos o censo demográfico por falta de dinheiro, e que as Forças Armadas não puderam ajudar em uma operação que eu mesmo determinei

para proteger comunidades indígenas por falta de recursos", disse o presidente do Tribunal.

Além disso, o ministro comentou sobre o perigo da quebra de sigilo que o voto acarreta, risco de fraudes e uma grande chance de judicialização do resultado das eleições. A digitalização do processo eletioral, defendeu, retira o risco de manipulação humana nas etapas e diminui, tanto a possibilidade de burlas ao sistema, quanto de erros.

"Essa intervenção humana sempre foi a principal causa de fraudes eleitorais no Brasil", acrescentou.

O ministro resssaltou que o Congresso tem o direito de debater o retorno do voto impresso. Porém, repetiu uma frase já utilizada anteriormente por ele de que esta"é uma boa solução para um problema que não existe". Também afirmou que as urnas eletrônicas encerraram um passado de fraudes eleitorais e defendeu a total segurança, transparência e auditabilidade do sistema de votação digital.

Sem prova, Bolsonaro volta a falar em fraude em pleito

Karla Araújo

Em visita a Anápolis nesta quarta-feira (9), o presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), defendeu o tratamento precoce contra a Covid-19, levantou dúvidas sobre a eficácia da vacina contra a doença e voltou a citar fraude na eleição de 2018 e no registro de mortes e infectados pelo coronavírus no Brasil. O presidente também provocou aglomerações ao cumprimentar dezenas de apoiadores que o esperavam na entrada e saída de compromissos na cidade.

Bolsonaro participou de culto na igreja Church In Connection. Em discurso, Bolsonaro disse que é possível "buscar uma maneira de diminuir drasticamente o número de mortes no Brasil pelo tratamento precoce". Ele relatou visita recente a duas tribos indígenas quando, segundo ele, foi informado de que as comunidades foram acometidas pelo coronavírus, mas não houve mortes. De acordo com o presidente, os indígenas disseram que tomaram "chá de casca de árvore".

O relato foi feito na defesa do uso de medicamentos como hidroxicloroquina e ivermectina contra a Covid-19, estratégia que não tem comprovação cientifica. "Não veio da minha cabeça o que eu falo sobre essa doença, veio de conversas com pessoas que realmente se preocupam e pesquisam sobre o assunto", afirmou. O presidente não disse quem são as pessoas às quais se referiu.

No Senado, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid investiga a existência de gabinete paralelo ao Ministério da Saúde, que supostamente orienta o presidente em relação ao enfrentamento à pandemia.

Ao sair em defesa do tratamento precoce, Bolsonaro questionou a eficácia da vacina contra a Covid-19, afirmando que as doses estão em fase experimental, o que não é verdade. Os imunizantes aplicados atualmente no Brasil receberam aval, após testes, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A CPI também foi alvo de ataques do presidente durante o discurso. "Quem mata gente? Quem manda o dinheiro, que sou eu, ou quem desvia o dinheiro na ponta da linha?", questionou, com referência a prefeitos e governadores. A CPI da Covid foi instalada no Senado com a previsão de que os chefes dos Executivos estaduais também sejam investigados.

Isso ocorreu após intensa articulação do Palácio do Planalto. "Que CPI é essa? De Renan Calheiros (MDB-AL)? De Omar Aziz (PSD-AM)? Daquela pessoa alegre do Amapá?" O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), vice-presidente da comissão, é o único parlamentar do Estado na CPI.

Ainda no discurso, Bolsonaro disse que foi eleito em primeiro turno e afirmou que tem "provas materiais disso". "Mas o sistema, a fraude, que existiu, sim, me jogou para o segundo turno. Outras coisas aconteceram e eu só acabei ganhando porque tive muito voto." O presidente também citou a participação "de algumas pessoas" que entendiam como inibir a suposta fraude. Como ocorreu em outras oportunidades de denúncias de Bolsonaro contra a eleição de 2018, o presidente não apresentou provas. Bolsonaro também voltou a afirmar que há supernotificação de casos da Covid-19 no Brasil.

A visita do presidente a Goiás começou por volta das 12h, quando Bolsonaro chegou à fazenda do cantor Amado Batista, em Goianápolis, onde ele almoçou. Em seguida, a comitiva foi para o Aeroporto de Anápolis, local em que houve rápido encontro com empresários e entidades que representam a segurança pública. Antes do culto na Church In Connection, ocorreu outro encontro com empresários e lideranças políticas do Estado, mas sem representantes do Palácio das Esmeraldas.

Entre as autoridades que acompanharam o presidente estavam o deputado federal Vitor Hugo (PSL), os ministros da Secretária-geral da Presidência, Onyx Lorenzoni, e da Educação, Milton Ribeiro e o filho e vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (Republicanos).

Sem máscara, Bolsonaro tirou fotos, pegou uma criança no colo e falou com apoiadores. A aglomeração ocorreu tanto em frente ao aeroporto quanto na porta da igreja. Parte do público que o esperava usava máscara. Antes de deixar a cidade, Bolsonaro cumprimentou policiais militares que se organizaram em fila e desfilou por parte da Avenida Brasil com metade do corpo para fora do carro.

"Todas as cartas estão na mesa", diz Vitor Hugo sobre eleição em 2022

Deputado federal por Goiás e um dos principais aliados do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na Câmara, Vitor Hugo (PSL) afirma que fica "feliz e orgulhoso" e se sente lisonjeado por ter seu nome em discussões relacionadas à disputa pelo governo de Goiás e por cadeira no Senado, mas alega que ainda é prematuro falar sobre a candidatura de 2022. Ao POPULAR, o parlamentar diz que sua linha de ação principal é a busca pela reeleição, "mas todas as cartas estão na mesa".

Vitor Hugo foi o responsável por organizar a visita de Bolsonaro a Anápolis.

Durante encontro com o presidente no aeroporto da cidade, empresários aproveitaram para fundar a Federação das Associações Empreendedoras, Comerciais, Industriais, Serviços, Tecnologia, Turismo e Terceiro Setor do Estado de Goiás (Faciest-GO), que terá como presidente Rubens Fileti, que atualmente comanda a Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás (Acieg). Também houve breve reunião com representantes de associações que representam militares estaduais.

Em reunião em uma sala privada da igreja que recebeu o presidente no compromisso seguinte, o deputado diz ter apresentado ao chefe do Executivo 60 vereadores e 20 prefeitos e secretários de suas bases. No local, também houve breve encontro com empresários, que apresentaram demandas relacionadas à **reforma tributária**. De acordo com o deputado, Bolsonaro solicitou que seja organizada visita do grupo a Brasília, quando o tema será discutido com a equipe econômica. O encontro deve ocorrer no fim de junho.

Como adiantado pelo Giro, a articulação de Vitor Hugo para visita do presidente a Anápolis foi avaliada como consolidação do nome do deputado federal para disputa pelo Palácio das Esmeraldas em 2022, diante da presença de lideranças políticas que apoiam o parlamentar no interior do Estado.

Questionado sobre falta do governador Ronaldo Caiado (DEM) nos compromissos do presidente em Goiás ontem, Vitor Hugo disse que não tem problemas de relacionamento com Caiado, mas não soube informar por qual motivo o democrata não compareceu aos eventos.

"Não veio da minha cabeça o que eu falo sobre essa doença, veio de conversas com pessoas que realmente se preocupam e pesquisam sobre o assunto"

Jair Bolsonaro, presidente da República

Site: https://www.opopular.com.br/digital/10-junho-2021/1o-caderno

CNI repudia tributação maior

Um dia depois de o ministro da Economia, Paulo Guedes, dizer que a **reforma tributária** poderá trazer duas alíquotas da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), uma mais baixa para comércio e serviços e outra mais alta para produtos industrializados, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou nota dizendo que a diferenciação é 'inaceitável'. De acordo com a CNI, é um 'equívoco do ponto de vista econômico e social' que os produtos industriais cheguem aos consumidores com tributação mais elevada do que os serviços.

'A **reforma tributária** precisa mudar essa situação. Atualmente, a carga tributária da indústria de transformação é de 46,2% do **PIB**, enquanto no setor de serviços a carga tributária é de 22,1%', afirma a nota. 'O fato de que hoje a indústria é o setor que suporta a maior carga tributária, quando comparamos o montante de **tributos** recolhidos em relação ao **PIB** do setor, não significa que a situação deva se manter eternamente. Muito menos, que esta seja a melhor opção de política tributária'.

Em evento da Frente Parlamentar do Setor de Serviços nesta terça-feira, 8, o ministro disse que a alíquota diferenciada por setor seria mantida enquanto não for possível desonerar a folha de pagamentos, que é uma despesa importante para empresas do comércio e de serviços. 'Não queremos de jeito nenhum aumentar imposto para serviços', disse Guedes.

No texto, a CNI alega ainda que tributar mais produtos e menos serviços contribui para aumentar a regressividade do sistema tributário brasileiro, porque o peso dos serviços no consumo dos mais pobres é menor do que no dos mais ricos.

'Entre as famílias mais pobres, com renda de até dois salários mínimos mensais, 9% do consumo são em serviços.

Já nas mais ricas, com renda superior a 25 salários mínimos por mês, 31% do consumo são em serviços', afirma a entidade.

A confederação defende que o IVA seja uniforme sobre bens e serviços e diz que a **reforma tributária** deve se pautar pela aceleração potencial do crescimento econômico.

'Um desses estudos, feito por economistas da UFMG, mostra que o crescimento adicional do **PIB** pode chegar a 12% em 15 anos. E com isso, ganham todos os setores econômicos. Com esse crescimento adicional do **PIB**, o crescimento da produção industrial pode chegar a 16,6%, da agropecuária a 10,6% e dos serviços a 10,1%', completa.

Site:
http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10576

CNI critica alíquota de imposto sobre serviços

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) criticou ontem a intenção do governo de diferenciar a alíquota do setor de serviços na **reforma tributária**, enquanto a indústria pagaria imposto mais alto.

O Ministério da Economia estuda a proposta. A alíquota será inferior aos 12% propostos para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para que a carga tributária do setor não aumente. O ministro da Economia, Paulo Guedes, indicou a congressistas que essa alíquota pode ficar em 8%.

De acordo com a CNI, é um equívoco do ponto de vista econômico e social. Disse que a carga tributária da indústria de transformação é de 46,2% do **PIB** (Produto Interno Bruto), enquanto o setor de serviços é de 22,1%.

Para a confederação, tributar mais os produtos e menos os serviços é injusto do ponto de vista social e contribui para aumentar a regressividade do sistema tributário brasileiro. O peso dos serviços no consumo das pessoas mais pobres é menor do que das mais ricas, defendeu a CNI.

De acordo com a CNI, o Brasil precisa criar um IVA (imposto sobre valor adicionado) com alíquota uniforme para todos os setores. Citou um estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplica) que mostra que, com a proposta, o peso dos **tributos** sobre a renda cairá 2,4 pontos percentuais para as pessoas que ganham até R$ 250 por mês. Subirá 1,1 ponto percentual para quem ganha acima de R$ 6,3 mil por mês.

A CNI disse ainda que a proposta minimiza os incentivos para investimentos na indústria que, segundo a entidade, tem maior capacidade de puxar o crescimento da economia. "Cada R$ 1 produzido na indústria de transformação gera outro R$ 1,67 na produção da economia como um todo, sendo que, deste R$ 1,67, R$ 0,84 são gerados no setor de serviços", afirmou.

Site:
http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_2F95D348D33A114E0D32D794AE6B13FFB3E42B116452D60A50B3DD1E2CFF62A88E9BE117CD44FFCF58F3729D3C9EC72704549316213A3A5DAEDE4DF9687457175878CF2B705C190E2E7D1F69DB77E51950D0FF0614EACC4695C79

DB79DBDD4D55203DBFA8DC8F6C280F0B11A4F0B1A64
EFBD88D38CC9B9920A178C

Preços aumentam e inflação bate recorde

Fernando Bianchi

A **inflação** oficial do País, medida pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o mês de maio no maior patamar para o mês em 25 anos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a **inflação** em maio teve avanço de 0,86%, maior resultado desde maio de 1996, quando houve aumento de 1,22%.

O movimento de alta da **inflação** deve forçar um novo aumento na taxa básica de juros da economia, segundo especialistas.

Atualmente, a Selic está em 3,75% ao ano, e o BC já sinalizou que o movimento de alta deve continuar na próxima reunião. A previsão é de que 2021 termine com uma Selic de 5,75% ao ano.

O instrumento é usado pelo BC como uma tentativa de desestimular o crédito e o consumo, controlando a **inflação**.

De acordo com os dados do IBGE, a **inflação** acumulada no ano é de 3,22%, e dos últimos 12 meses, de 8,06%, acima dos 6,76% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores.

"Esse resultado do mês tem muito a ver com os produtos e serviços monitorados, principal-mente energia elétrica e combustíveis", afirmou o gerente da pesquisa do IBGE, Pedro Kislanov.

O maior impacto individual do mês veio da alta da energia elétrica (5,37%), que sozinha respondeu por 0,23 ponto percentual do

IPCA.

Em maio, diante da ameaça de uma crise hídrica no País, passou a vigorar a bandeira tarifária vermelha, que deixa a conta de luz mais cara

Além disso, segundo o IBGE, os nove grupos de produtos e serviços que compõem o IPCA apresentaram alta em maio.

Gás de botijão (1,24%), gás encanado (4,58%), gasolina (2,87%), etanol (12,92%) e óleo diesel (4,61%) pesaram no bolso do consumidor em maio.

Para o economista Mario Vasconcellos, o governo deve ajustar a taxa Selic em uma tentativa de conter a **inflação**, mas também precisa investir em medidas como a **reforma tributária**.

"Elevando os juros, reduz um pouco a demanda. A **inflação** está em quase três vezes a meta. A reforma também seria importante, pois os **impostos** hoje pesam mais àqueles mais pobres", disse.

Alta no preço da carne chega a 38% em um ano

O preço das carnes acumula 38% de alta nos últimos 12 meses, de acordo com os dados do IBGE. Somente no mês de maio, o avanço foi de 2,24%.

A **inflação** de alimentação e bebidas (0,44%) ficou próxima a do mês anterior (0,40%).

Segundo o gerente de pesquisa do IBGE, Pedro Kislanov, o que tem pesado no caso das carnes é o aumento das exportações, que pesou bastante no ano passado, sobretudo para o mercado chinês, e o aumento dos custos de produção, porque alguns insumos fundamentais tiveram grande valorização no mercado internacional.

Consumidores voltam a comprar roupas e setor reage

Com a reabertura do comércio, o setor de tecidos, vestuário e calçados do Espírito Santo registrou avanço de 713,6% em relação a abril do último ano, segundo dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE.

De acordo com o diretor da Fe-comércio-ES e empresário do setor de vestuário José Carlos Bergamin o crescimento se deve à comparação com o período de restrições, em 2020.

"Já começamos a operar com números pré-pandemia. Os consumidores estão mais confiantes, e deixando de comprai* só o que é essencial. Estamos otimistas."

O Brasil não pode esperar! (2)

ROBSON BRAGA DE ANDRADE É PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI)

O recrudescimento da pandemia da Covid-19 no 1º trimestre deste ano aumentou as incertezas sobre a recuperação da economia brasileira. Para reverter esse quadro adverso devemos concentrar esforços na vacinação da população.

Em paralelo, precisamos atuar em duas outras frentes. A primeira é a adoção de medidas emergenciais que ajudem a sobrevivência das empresas e a manutenção dos empregos. A segunda é a implementação de políticas públicas e reformas estruturantes, que possibilitem uma retomada consistente e um crescimento sustentado de economia.

Para contribuir com o debate, a CNI elaborou o documento "Propostas da Indústria para o Brasil vencer a crise e voltar a crescer", no qual apresenta medidas cruciais para o país a afastar os obstáculos trazidos pelo coronavírus e, também, a superar problemas que há muitos anos dificultam o nosso crescimento econômico.

As soluções para vencer a crise são conhecidas. Trata-se da reedição de medidas emergenciais implantadas pelo Governo em 2020, que foram essenciais para o enfrentamento da primeira onda da pandemia. Felizmente, algumas iniciativas importantes nessa direção já foram restabelecidas, como o auxílio emergencial para pessoas mais carentes. Também foi retomado o programa que autoriza a redução proporcional da jornada e dos salários.

A expectativa da indústria é que, brevemente, o governo e o Congresso reeditem medidas destinadas a aliviar o caixa das empresas.

Entre essas iniciativas, está o restabelecimento dos programas especiais de crédito para capital de giro, o adiamento dos pagamentos dos **tributos** federais por 90 dias e o posterior parcelamento desses débitos. É indispensável, ainda, o ressarcimento imediato dos saldos credores de **tributos** federais.

Essas ações de curto prazo devem ser combinadas com políticas que preparem o país para voltar a crescer. Nos últimos dez anos, a taxa média de crescimento da economia brasileira foi de apenas 0,3%. No mesmo período, a nossa indústria de transformação encolheu, em média, 1,6% ao ano. Não devemos nos conformar nem repetir esses números inexpressivos. O país precisa crescer a taxas médias de, no mínimo, 3% ao ano, criar mais empregos e elevar a renda da população. Para isso, é necessário reduzir o Custo Brasil, aumentar a produtividade e a competitividade das nossas empresas.

A prioridade da agenda estruturante deve ser a aprovação de uma **reforma tributária** ampla, que abranja os três entes da Federação, simplifique o sistema de arrecadação, reduza a cumulatividade, e desonere investimentos e a exportações.

É igualmente importante fazer uma reforma administrativa que aumente a eficiência do Estado e racionalize gastos com pessoal. Isso vai contribuir para equilibrar as contas públicas e para melhorar a confiança dos investidores na economia brasileira.

Junto com as reformas, é indispensável estabelecer marcos regulatórios para as áreas de meio ambiente e de infraestrutura que incentivem os investimentos. A agenda do crescimento requer, ainda, o aperfeiçoamento dos incentivos à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, e a implantação das redes 5G para transmissão de dados.

São imprescindíveis, também, ações que promovam a inserção das empresas brasileiras no mercado global. Somos a favor da abertura comercial, mas é preciso fazer uma recalibragem no projeto anunciado pelo governo nessa área, de forma que ele seja implementado de forma gradual, por meio de acordos comerciais e em paralelo à redução do Custo Brasil e à adoção de políticas de estímulo à competividade e aos investimentos.

Quanto mais cedo o país adotar medidas para enfrentar essa conjuntura desfavorável, mais rapidamente as empresas aumentarão a capacidade de investir e de manter empregos. Mas não basta apenas vencer a crise. Para que a retomada da economia seja consistente e se inaugure um ciclo de desenvolvimento sustentável, é necessário acelerar a agenda de reformas estruturais. O Brasil não pode mais esperar.

Plano econômico para a reeleição - ADRIANA FERNANDES

ADRIANA FERNANDES

A prorrogação do auxílio emergencial combinada com o reforço do programa Bolsa Família, o Refis para as empresas e o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda das pessoas físicas formam uma tríade de peso que o governo Jair Bolsonaro está pavimentando para aumentar o apoio político nas eleições presidenciais do ano que vem.

É na economia que o governo conta para fazer frente à crise na saúde, que o atraso da vacina e as mortes de quase 500 mil brasileiros tiram da popularidade do presidente.

Com essas três frentes de medidas, Bolsonaro atende um público eleitor grande: os empresários endividados com o Fisco, a classe média e a população de baixa renda. Garantia de reforço extra na campanha de 2022.

As negociações políticas avançaram nos últimos dias no embalo da narrativa de que a economia está se recuperando mais rápido do que o previsto, num quadro também de menos aperto das contas públicas programado para 2022.

Se de um lado a CPI da Covid expõe o desastre do presidente na condução da pandemia, os dados mais favoráveis da economia vêm fazendo o contraponto, mesmo que haja muitas dúvidas sobre a sustentabilidade no médio prazo dos indicadores positivos.

Nesse novo ambiente econômico, os aliados governistas no Congresso estão redobrando as apostas na expectativa de que haverá mais dinheiro para gastar em 2022. Resultado: mais apoio com o cálculo político de que o desgaste do presidente com a CPI não se sustenta até a eleição.

Foi para o mundo político que o ministro Paulo Guedes disse em entrevista à Folha de S.Paulo que vai para o "ataque" nas eleições. Ataque, no caso, significa aumento de despesas. Para o mercado, Guedes garantiu que o governo "não ficará louco" do lado fiscal por causa das eleições.

A reaceleração do crescimento e a melhora do fiscal (ainda que puxada pela **inflação** mais alta) abrem espaço para o ministro da Economia fazer essas bondades, em contraste com o cenário anterior em que ele disse não à mudança do teto de gastos e contrariou muito caciques de dentro do governo e no Congresso. Monitoramento importante para calibrar o espaço maior de gastos em 2022 será o comportamento da **inflação** no segundo semestre. O IPCA de maio surpreendeu negativamente e veio mais alto do que esperado.

O interesse se justifica: é a **inflação** em 12 meses até junho que vai corrigir o limite do teto em 2022. Ou seja, definir quanto o governo terá de espaço extra para gastar. O outro lado da conta dependerá da evolução da **inflação** medida pelo INPC, que vai ditar o rumo do aumento das despesas obrigatórias. Portanto, a segunda variável não poderá ser maior do que a primeira para garantir essa folga.

Daí os olhos voltados para a atuação do Banco Central na tarefa de segurar o processo de disseminação da **inflação** nos próximos meses. O BC terá papel decisivo para não atrapalhar o plano econômico da reeleição do presidente. Obviamente, Bolsonaro não quer chegar à campanha com o calcanhar de Aquiles da **inflação** pesando no bolso dos eleitores.

Até o momento, técnicos da equipe econômica calculam um espaço líquido maior para despesas no ano que vem (decorrente dessas duas variáveis citadas acima) - um pouco maior do que R$ 30 bilhões. Esse número leva em conta o impacto de crescimento vegetativo das despesas com pessoal de R$ 10 bilhões e gastos de R$ 11 bilhões do abono salarial.

Tudo mais "constante", dá para aumentar R$10 bilhões em investimento e mais R$ 20 bilhões para um programa Bolsa Família um pouco mais turbinado.

Será pouco para o apetite político dos planos do presidente? Muito provável.

Entre os aliados, já se fala em "arrecadação bombando".

Após o anúncio antecipado pelo ministro da prorrogação do auxílio por dois a três meses, o teste do momento será a evolução das negociações do

Refis. Guedes resiste a um Refis nos moldes antigos, como o Senado quer, e tenta limitar a negociação ao que vem chamando de "passaporte tributário" para atender as empresas que tiveram mais problemas de faturamento na pandemia.

Como a aprovação do Refis (que tramita no Senado) é a moeda de troca para o projeto de **reforma tributária** da Câmara ser aprovado depois pelos senadores, o mais provável é que o ministro terá de ceder. Um e outro não andam sem acordo. No mais, a reforma administrativa tem pouca chance ou quase nenhuma de andar. O discurso do momento é o de que não precisa de pressa. De certo, é o abre-alas da tríade de medidas eleitorais.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Expressões e práticas proibidas: sem juros e taxa zero

Depois de quase dez anos tramitando no Congresso, o Senado aprovou o projeto de lei que proíbe práticas consideradas enganosas na concessão de crédito para tentar evitar o superendividamento de consumidores. A proposta segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

O texto inicial, de autoria do ex-senador José Sarney, foi apresentado em 2012, e votado pela primeira vez no Senado em 2015, mas só foi concluído pela Câmara no início de maio.

As mudanças acrescentam trechos ao CDC (Código de Defesa do Consumidor) e trazem regras para tentar tornar as ofertas de empréstimos mais transparentes. Fica proibido, por exemplo, fazer referência a crédito 'sem juros', 'gratuito', 'sem acréscimo', com 'taxa zero' ou a expressão de sentido ou entendimento semelhante.

Também não será permitido indicar que a operação poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do consumidor.

No momento da oferta, deverão ser informados o custo efetivo total, bem como detalhar os juros, taxas, encargos e montante de prestações.

De acordo com o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), aproximadamente 60 milhões de pessoas estão endividadas no Brasil. Dessas, 30 milhões estão superendividadas, ou seja, perderam capacidade de pagar as dívidas e de quitar contas básicas como alimentação e moradia.

"A gente só vai tirar a economia do negativo quando conseguir tirar as pessoas do negativo. E esse projeto fará exatamente isso: limpar o nome de quem está endividado e devolver a dignidade e a capacidade de consumo a essas pessoas. Esse não é um problema individual, é social", defendeu Rodrigo Cunha (PSDB-AL), relator do texto.

Para Ione Amorim, economista e coordenadora do programa de Serviços Financeiros do Idec, as mudanças são necessárias para conscientizar o consumidor sobre os riscos de se adquirir crédito e comprar a prazo.

"Essa questão da disciplina da oferta é muito importante. A publicidade explora muito esse caráter de oferecer produtos em várias vezes sem juros. A gente sempre soube que isso não era real, porque tem uma engenharia por trás que viabiliza isso, mas acaba sendo um indutor para os consumidores se endividarem. É preciso trazer consciência para o consumidor que crédito tem riscos, tem juros", destaca.

O advogado Camilo Onoda, que atua na área de direito do consumidor, ressalta que o CDC já proíbe a propaganda enganosa ou abusiva, mas defende as mudanças e diz que elas não se caracterizam como uma intervenção indevida do Estado nas relações de consumo.

"Aqui no Brasil, a publicidade e a propaganda não são interpretadas como face da liberdade de expressão. A nova lei torna mais explícito o que é proibido. A partir do momento que o legislador fala que não se pode usar essas expressões, a pessoa que foi induzida a erro entende mais facilmente que teve um direito lesado. Isso facilita a compreensão do consumidor do que pode ou o que não pode ser feito", explica.

O descumprimento das novas regras por parte do fornecedor poderá resultar na redução dos juros, dos encargos ou de qualquer acréscimo previsto no contrato original, além de prejuízo de outras sanções e de indenização por perdas e danos, patrimoniais e morais, ao consumidor.

A medida também traz mudanças relacionadas ao crédito consignado, permitindo que o consumidor desista em até 7 dias da contratação a contar da data da celebração ou do recebimento de cópia do contrato, sem necessidade de indicar o motivo.

O crédito liberado deverá ser restituído com eventuais juros incidentes até a data efetiva da devolução, além dos **tributos** como o IOF.

Quem adquiriu dívidas mediante fraude ou má-fé não poderá ser beneficiado pelas mudanças. O consumidor superendividado terá o direito de solicitar a instauração de processo de repactuação de dívidas. Nessa situação, a nova lei prevê que o juiz realize uma audiência conciliatória com todos credores para que o consumidor apresentará proposta de plano de

pagamento com prazo máximo de cinco anos.

Na repactuação de dívidas, o texto obriga que o acordo para pagamento das dívidas garanta um mínimo existencial à sobrevivência do consumidor. Esse valor deverá ser regulamentado por decreto.

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/10-06_3aa3a978eba454

Inflação de maio é a mais alta em 25 anos

VERA BATISTAGABRIELA CHABALGOITY *

Sob forte pressão de itens como o custo da energia elétrica, a **inflação** oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), atingiu 0,83% em maio, a maior alta para o mês nos últimos 25 anos. Com esse resultado, o indicador acumulou um aumento de 8,06% nos últimos 12 meses, ficando bem acima do teto da meta estabelecida pelo governo para o ano como um todo, de 5,25%.

O percentual surpreendeu o mercado, que esperava avanço de, no máximo 0,72%, em maio. Se o custo de vida não dá trégua, quem sofre mais são os mais pobres. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a variação de preços de uma cesta de consumo típica de famílias com renda de até cinco salários mínimos (R$ 5,500) atingiu 8,90% no período de 12 meses encerrado em maio. Apenas no mês passado, o INPC avançou 0,96% - a maior alta desde maio de 2016.

No IPCA, que calcula o custo de vida de famílias com renda de até 40 salários mínimos (R$ 44 mil), os nove grupos de produtos e serviços pesquisados apresentaram alta em maio. A maior variação (1,78%) foi observada no grupo habitação, com destaque para as tarifas de energia elétrica, que aumentaram 5,37%. Sozinha, a alta da conta de luz foi responsável por 0,23 ponto percentual da variação do IPCA.

"Em maio, passou a vigorar a bandeira tarifária vermelha patamar 1, que acrescenta R$ 4,169 na conta de luz a cada 100 quilowatts-hora consumidos. Vale lembrar que, entre janeiro e abril, estava em vigor a bandeira amarela, cujo acréscimo é menor (R$ 1,343). Além disso, no final de abril, ocorreram reajustes em diversas regiões de abrangência do índice", destacou o IBGE.

Preocupação

Com o salto dos preços, alguns especialistas temem um retorno ao indesejável passado de **inflação** de dois dígitos. "Se continuar nesse ritmo, nos próximos três meses, estaremos chegando aos 10%, no cômputo dos 12 meses", assinalou o economista César Bergo, sócio consultor da Corretora OpenInvest. Isso poderá acontecer, afirmou, porque a **inflação**, embora tenha sido puxada pela energia elétrica, em maio, também está pressionada pelo encarecimento de alimentos, transportes e combustíveis. Segundo o economista, o governo não fez o dever de casa. "Não resolveu o problema da energia elétrica e não cuidou dos estoques reguladores de alimentos. A carne subiu 38%, em 12 meses. Arroz, feijão e soja já registraram alta de mais de 50%", listou Bergo.

Para Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, o susto ainda não foi suficiente para levar a **inflação** aos dois dígitos. "No entanto, a meta indicada pelo Banco Central perdeu sentido. Pelas projeções mensais do IPCA do Boletim Focus para os meses de junho a dezembro 2021, o IPCA acumulará alta de 8,30% em junho", disse Agostini. A partir daí, na avaliação de Agostini, o indicador "entra em rota descendente até encerrar o ano ao redor de 5,68%".

O dia a dia

O dono do restaurante Le Parisien Bistrot, Leandro Amaury do Couto, 35 anos, disse que o que mais pesou, para ele, foram "as proteínas animais, que impactam diretamente no preço final dos pratos", apontou. Ele disse que fica entre três opções. Ou ajusta rapidamente o preço para repassar para o cliente, que não fica feliz com os constantes aumentos, ou usa a criatividade em novos pratos, para manter a mesma faixa de preço, ou é engolido pela **inflação** e começa a perder margem a cada dia.

"A energia elétrica é um custo alto para os restaurantes e hoje, com a queda do número de consumidores, esse item está sendo um ponto crucial. Temos de conseguir enxugar ao máximo o custo de todos os lados", disse Leandro Couto.

A alimentação é o que mais preocupa a cuidadora Cristiane dos Santos Teixeira, 35 anos. "Carne e leite, hoje, são alimentos de luxo. Como moro com meus pais, que são idosos e precisam tomar alguns remédios que não são oferecidos pelo governo, tenho mais essa despesa", contou ela. "Tirando tudo isso, tem a energia e o gás. Todo mês, a energia vem mais cara, mesmo economizando", desabafou.

A professora Rosana Alexandre Machado, 50 anos, lamentou as dificuldades que os brasileiros estão passando com a disparada da **inflação**. "Nunca vivi um aumento de preços tão grande nos combustíveis, alimentos, energia elétrica, água e material de higiene", disse. "A carne virou artigo de luxo. Agora, só como frango, ovos e, às vezes, peixe, que também está caro. Tive que fazer redução em tudo, luz, água, combustível, alimentos e outros artigos", reforçou.

Bolsonaro culpa governadores

O presidente Jair Bolsonaro reconheceu a alta da **inflação**, mas culpou governadores e as medidas de restrição, como o distanciamento social, adotadas para combater a pandemia de covid-19, que já vitimou mais de 476 mil brasileiros. "Tem **inflação** em alimentos, sim, não vou negar. Estamos, agora, tentando diminuir o preço do milho. Vai atingir diretamente a galinha, o ovo. De onde vem isso aí? Da política do "fica em casa, que a economia vem depois. Não é isso?"", alegou. "Está vendo aí, ó? A política do lockdown, fecha tudo, fecha comércio, destrói empregos. Imagine se o campo tivesse parado, não teria **inflação**. Teríamos desabastecimento", disse a apoiadores na saída do Palácio da Alvorada.

"O governo não fez o dever de casa. Não resolveu o problema da energia elétrica e não cuidou dos estoques reguladores de alimentos"César Bergo, sócio consultor da Corretora OpenInvest

Dúvidas sobre política de juros do BC

Se a **inflação** surpreendeu boa parte do mercado, também causou desconforto no Banco Central que, na próxima semana, decide os rumos da taxa básica de juros (Selic) para os próximos meses. O Comitê de Política Monetária (Copom) já havia se comprometido com um novo aumento de 0,75 ponto percentual. E os especialistas estão de olho no próximo **comunicado**, aguardando se vai ser retirada do texto da ata do Copom a expressão "ajuste parcial", ou se a sinalização vai ser de que os juros anuais poderão subir além de 6,5% ao ano esperados.

"Não acredito que o BC pense em retirar o ajuste parcial, para não dar a impressão de que as altas nos juros serão indeterminadas e de que não está conseguindo debelar a **inflação**. O BC vai demonstrar firmeza e imprimir algumas altas de 0,75 ponto percentual. Pelo menos em junho, isso vai acontecer", disse César Bergo, presidente do Conselho de Economia (Corecon-DF).

O professor de economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Ecio Costa, comentou que o BC acompanha a **inflação** de perto, mas, desta vez, não se trata de pressão pela demanda. Portanto, acelerar a alta de juros não teria efeito de conter os preços. "O desemprego está alto e a renda, baixa. O problema está mais no lado da oferta, nos preços administrados, como os de energia e combustível. Na parte agrícola, os principais fatores são os preços das commodities exportadas como carne e soja. E do lado dos minerais, combustível, gás de cozinha, que sofrem o impacto do câmbio e do mercado internacional", disse.

Para Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, o BC não terá outra saída. "Precisará acelerar o passo e imprimir, pelo menos, mais três altas de 0,75 ponto percentual até o final do ano", previu Agostini.

O economista Mário Serpa não crê que o BC abandone o compromisso. "Achamos o Banco Central vai subir sim 0,75 ponto, como já havia dito. A comunicação do BC tem um poder enorme. Não vai ficar mudando. Se já deu uma sinalização clara, podemos sim caminhar ao juro neutro para este ano. Imaginamos que, para 2021, a Selic deve ficar na casa dos 5,5% ao ano, "uma vez que a **inflação** está rondando um pouquinho acima do teto", disse. "No momento, não apostamos em 6,5%, sobretudo por conta do conjunto da economia. Tivemos um **PIB** maior, mas é um crescimento sem emprego e sem qualidade de emprego, mais voltado para capital", reforça Serpa. Para 2022, ele apontou alta mais expressiva, talvez no 6% ao ano.

Governo desbloqueia R$ 3,1 bilhões de ministérios, menos que o espaço disponível

Bernardo Caram brasília

O governo desbloqueou nesta quarta-feira (9) R$ 3,1 bilhões em verbas de ministérios que estavam travadas por conta do aperto no Orçamento. O montante liberado é menor do que o espaço disponível nas contas deste ano.

A medida foi oficializada em portaria publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira. O maior desbloqueio foi para o Ministério da Educação, de R$ 900 milhões, mas a pasta ainda é a que tem a maior fatia remanescente de recursos travados (R$ 1,6 bilhão).

Em abril, ao sancionar o Orçamento deste ano, o presidente Jair Bolsonaro bloqueou R$ 9,3 bilhões dos ministérios. O objetivo era respeitar o teto de gastos - regra que limita o crescimento das despesas públicas à variação da **inflação**.

Esse bloqueio poderia ser revertido ao longo do ano caso o governo encontrasse margem no teto.

Foi o que ocorreu em maio, quando o Ministério da Economia estimou uma abertura de R$ 4,8 bilhões na regra fiscal -esse é o valor que pode ser liberado.

No início desta semana, já havia sido feito um desbloqueio de R$ 992 milhões. Com a liberação de R$ 3,1 bilhões nesta quarta, os ministérios ficam autorizados a usar cerca de R$ 4 bilhões.

Portanto, aproximadamente R$ 800 milhões ainda estão à espera de um desbloqueio. De acordo com o Ministério da Economia, o governo ainda está em processo de avaliação para fazer essa liberação.

O Orçamento deste ano está comprimido e ministérios disputam a abertura de verbas.

Na pasta da Educação, por exemplo, universidades têm afirmado que os recursos disponíveis não serão suficientes para funcionamento até o fim de 2021.

Em relação ao valor total bloqueado inicialmente, de R$ 9,3 bilhões, restam ainda R$ 5,2 bilhões que seguem travados e só poderão ser usados neste ano se o governo constatar que gastará menos em outras áreas, abrindo margem no teto.

Na portaria desta quarta, a segunda maior abertura de verba foi para o Ministério da Infraestrutura, de R$ 700 milhões. Com isso, a pasta não tem mais nenhum recurso bloqueado.

O Ministério da Economia ganhou R$ 436 milhões, restando R$ 83oainda travados. Logo em seguida, houve desbloqueio de R$ 300 milhões para o Ministério da Defesa e R$ 200 milhões para a pasta do Desenvolvimento Regional. O Ministério da Justiça teve R$ 100 milhões destravados.

R$900 milhões foi o desbloqueio no Ministério da Educação, o de valor mais elevado

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49554

índices não refletem mudança de consumo

Fernanda Brigatti são paulo

Menos restaurantes, menos viagens, mais refeições em casa. E nessas refeições, menos carnes, mais ovos. As mudanças de comportamento nos últimos 15 meses de pandemia alteraram os hábitos de compras das famílias e a estrutura das despesas. Para o cálculo da **inflação** oficial, porém, nada mudou, e tampouco há previsão de atualização em breve.

Esse descolamento entre os componentes da **inflação** e a composição de gastos na vida real tem relação como modelo adotado pelo Brasil para a realização da atualização.

Na prática, não quer dizer que os índices oficiais, o IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e o INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor), estariam maiores ou menores se a pesquisa que embasa a cesta de produtos fosse atualizada em intervalos menores. No entanto, a falta de sincronia sinaliza que os indicadores podem não expressar como as famílias sentem -ou não- a alta dos preços.

"Sem atualização por muito tempo, acaba criando mesmo uma distorção", diz André Braz, coordenador de índices de preços do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

Na avaliação do pesquisador, neste momento, a diferença de pesos na cesta de produtores aparece com mais força no IN PC, que é calculado considerando famílias com renda entre um e cinco salários mínimos.

A avaliação é que os alimentos deveriam ter um peso ainda maior agora. "Os alimentos subiram barbaramente. Essa já é uma despesa que sempre pesa para essa faixa, mas hoje está pesando ainda mais."

Por outro lado, despesas decorrentes da adoção de home Office têm peso menor entre os que ganham menos, mas poderiam aparecer com maior importância no IPCA, que calcula a **inflação** entre as famílias com renda de até 40 salários mínimos.

"O home Office reduz o uso do transporte público e da gasolina e aumentam as refeições feitas em casa. Aumentam também gastos com serviços de comunicação e com celular."

Além disso, diz o economista, falta um monitor para as substituições. "Se uma fruta fica muito cara, a gente substitui ou deixa de comprar, mas, mesmo assim, ela ganha peso no indicador da **inflação**", afirma.

É o caso também das carnes. A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, calcula que o consumo de carne no Brasil esteja hoje 46% menor que em 2006, quando esse hábito chegou ao pico. De 42,8 quilos, naquela época, hoje está em 27,6 quilos por habitante.

A queda vem na esteira do aumento de preço do produto e do desemprego.

Parte do consumo de proteína migrou para os ovos, que ganharam status de prato principal ao substituir as carnes -e essa troca os índices de **inflação** não conseguem calibrar.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49554

Acomodação à tragédia - WILLIAN WAACK

WILLIAN WAACK

"Não é uma boa decisão, mas também não é trágica", confidenciou uma das principais personalidades do mundo militar e que faz parte do governo de Jair Bolsonaro. A opinião parece refletir o que pensa parcela substancial dos oficiais generais da ativa quanto à não punição do general Eduardo Pazzu ello.

Depende do que se considera como trágico. O Exército foi apenas a mais recente instituição de Estado brasileira (o Ministério da Saúde veio antes) instada a adotar o "Führe rprinzip" - expressão consagrada na ciência política. No lugar do alemão "Führer" cabe caudillo, máximo líder, guia genial dos povos, condottieri, c o n d u cato r ou, em russo, vozhd ("dono dos servos").

O significado é o mesmo. Trata-se do princípio da lealdade em primeiro lugar à pessoa do dirigente político e só depois às instituições que existem, obviamente, para servi-lo. Traduzido para o bolsonarês castiço, "Führe rprinzip " é "mito". Ocorre que nos trópicos (que já foram chamados de tristes) muitos princípios viram bagunça, e "mito" no Brasil está mais para "acomodação" do que para "condução".

Bolsonaro é um sucesso entre as forças políticas do Centrão que vivem da proximidade dos cofres públicos ou do domínio de pedaços das máquinas estatais transformadas em ferramentas para defesa de seus interesses particulares - e nem estamos falando de corrupção. Elas se acomodaram dentro do Palácio do Planalto, de onde retiraram a prerrogativa de distribuir verbas de orçamentos costurados à luz ou às sombras por poucos mandões (Bolsonaro só obedece).

As grandes resistências a reformas essenciais, como a administrativa e a tributária, se consolidam diante da falta de efetiva liderança (portanto, condução) política para romper tradicionais interesses acomodados. No caso da administrativa, trata-se do corporativismo do mais bem organizado grupo na defesa de si mesmo, que é a elite do funcionalismo público brasileiro. No caso da tributária, é uma imensa variedade de demandas setoriais que tornam impossível, por exemplo, eliminar as bilionárias renuncias fiscais - e impedem qualquer reforma abrangente.

As cúpulas militares também se acomodaram não só ao desfrute das posições de privilégio e altos salários em milhares de cargos no Executivo mas também à noção de que as coisas podem se resolver se deixadas entregues à si mesmas. E que a inação diante da degradação das instituições, do uso descarado da mentira e da propagação da ignorância como método de governo é uma contribuição para evitar mais uma crise com o " mito".

É interessante notar como as grandes correções de rumo na política externa, comercial e, até certo ponto, ambiental estão sendo impostas pela consciência que as elites dirigentes dos setores afetados dentro e fora do Brasil tem dos prejuízos, aos quais seria impossível se acomodar. Mas quando se trata dos rumos políticos gerais do País, essa mesma consciência de elites dirigentes e pensantes - que enxergam Bolsonaro no mínimo como um tosco irrecuperável - não chegou ainda à articulação de nomes para se contrapor ao "mito".

Por maiores que sejam os solavancos causados pela CPI da Pandemia, e o provável indiciamento de Bolsonaro como principal responsável pelo desastre no enfrentamento da doença, o período imediatamente adiante sugere acomodação.

Com a **inflação** aumentando a arrecadação, além da recuperação econômica, vai sobrar dinheiro a curto prazo para auxílio emergencial e até mesmo para um novo programa social (se o governo conseguir se organizar até dezembro, pois em ano de eleição não pode).

Sem que nada de essencial tenha sido feito, vai parecer que a questão fiscal não é assim tão trágica, que as perdas econômicas também não foram assim tão trágicas e nem sequer tão trágico assim é o número de mortos pela pandemia ("supernotificados", segundo Bolsonaro). Nem surge como trágico o reiterado empenho por parte do presidente em culpar sempre os outros.

De fato, nada parece trágico. Basta se acomodar.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-62c1b075041300455ec2b54495d93c99.pdf

Acredite, Brasília registra a menor inflação do país

Se não fosse você, Brasília. A capital federal ajudou a segurar a alta inflacionária registrada no país em maio. Enquanto o Brasil apresentou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - que calcula o poder de compra para famílias com renda de um a 40 salários mínimos - de 0,83%, a maior variação no quinto mês do ano em 25 anos, o DF teve o menor crescimento entre as capitais brasileiras, com 0,27% de aumento registrado em relação a abril. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado candango de maio se deu pela queda nos preços de passagens áreas (-37,10%) e no recuo nos valores de mercado das frutas (-10,68%).

No Brasil, pressionado pela energia elétrica, o IPCA, com o avanço recorde de 0,83%no mês passado, aumenta a distância em relação ao teto da meta de **inflação**. No acumulado de 12 meses até maio, a alta chegou a 8,06%. A variação estava em 6,76% até abril. O teto da meta de **inflação** é de 5,25% neste ano. O centro da meta é de 3,75%.

O resultado de maio ficou acima das previsões domercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam variação de 0,71% no período.

Conforme o IBGE, os nove grupos de produtos e serviços pesquisados apresentaram alta no mês. O maior impacto (0,28 ponto percentual) e amaior variação (1,78%) vieram de habitação, que acelerou em relação a abril (0,22%). O resultado desse grupo é atribuído, especialmente, à elevação na energia elétrica, que subiu 5,37% e teve o principal peso no índice entre os itens (0,23 p.p.). A conta de luz mais cara está relacionada à crise hídrica.

Em maio, passou a vigorar no país a bandeira tarifária vermelha patamar 1, que acrescenta R$ 4,169 na conta de luz a cada 100kWh (quilowatt-hora) consumidos.

Coma escassez de chuva, os custos de geração de energia elétrica ficammaiores, o que gera repasse para os consumidores.

A situação segue no radar de analistas.

É que, no ?último dia 28, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) citou as dificuldades hídricas ao anunciar a aplicação do patamar 2 da bandeira tarifária vermelha para o mês de junho, ao custo de R$ 6,243 para cada 100kWh de consumo.

Durante a pandemia, o IPCA também ganhou corpo com a disparada de preços de alimentos e, em seguida, de combustíveis. Alta do dólar e avanço das commodities ajudam a explicar o comportamento desses itens na crise sanitária.

Conforme o IBGE, o segundo maior impacto na **inflação** de maio veio do grupo transportes (0,24 p.p.), que teve aumento de 1,15%.

Dentro desse segmento, a alta da gasolina, de 2,87%, foi a que mais chamou atenção. Em abril, os preços do combustível haviam recuado 0,44%.

Os pobres sentem mais

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a variação da cesta de compras para famílias com renda até cinco salários mínimos, ficou em 0,96% em maio deste ano, a maior taxa para o mês desde 2016 (0,98%). O índice ficou acima do observado em abril (0,38%), segundo o iBGE.

O INPC acumula 3,33% no ano e 8,9% em 12 meses. O INPC teve percentuais maiores do que os da **inflação** oficial, que acusou variações de 0,83% em maio, de 3,22% no ano e de 8,06% em 12 meses.

Em maio, os produtos alimentícios, medidos pelo INPC, tiveram **inflação** de 0,53%, enquanto os não alimentícios registraram alta de preços de 1,1%, no período.

Juros mais altos Em uma tentativa de frear a **inflação**, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central subiu a taxa básica de juros no começo de maio. À época, confirmou aumento de 0,75 ponto percentual na Selic, que passou para 3,50% ao ano.

Na ocasião, o Copom também sinalizou nova alta na mesma magnitude em junho, para 4,25%. O colegiado volta a se reunir na próxima semana.

"É evidente, um processo inflacionário toma parte do consumo das famílias e mitiga o avanço da economia", afirma Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos.

"A gente deve continuar assistindo a esse avanço nos próximos meses.

O acumulado em12meses só deve ceder perto do último trimestre do ano, com o efeito da base de comparação", acrescenta.

Em 2021, o IPCA registrou alta de 3,22% até maio.

"Já se esperava um avanço da **inflação**, mas os níveis assustam. A principal novidade é o impacto das contas de energia elétrica", destaca o economista Gustavo Inácio de Moraes, professor da PUCRS.

Segundo ele, a perspectiva é de que o IPCA supere mesmo o teto da meta ao final de 2021. "A questão é saber em qual intensidade", diz.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-62c1b075041300455ec2b54495d93c99.pdf

Risco de estouro da inflação (3)

Garantir comida, moradia e demais condições básicas de sobrevivência é uma tarefa cada vez mais complicada para os brasileiros, com a disparada dos preços. A **inflação** de maio, 0,83%, foi a maior para o mês em 25 anos. Chegou- se a um recorde nada festivo, especialmente num país com mais de 14 milhões de desempregados.

Muitas famílias têm dependido de ajuda para comer e o número de subnutridos volta a aumentar, num tenebroso retrocesso histórico. O quadro piora seguidamente. Já chegou a 8,06%, em 12 meses, a alta acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em abril havia chegado a 6,76%.

Nem os mais otimistas levam em conta, em suas previsões, a meta oficial de **inflação**, de 3,75%. O foco, agora, está num ponto bem mais alto, no limite de tolerância, de 5,25%, fixado para 2021. O estouro desse limite já é tido como quase certo. No mercado, a mediana das projeções já cravou 5,44% como resultado final deste ano.

Com mais de 8% em 12 meses, parece bem menos fantasmagórica a **inflação** de 2015, quando o IPCA subiu 10,67%. Foi uma das últimas façanhas do governo da presidente Dilma Rousseff.

O Brasil saberá, dentro de dias, depois da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), se os diretores do Banco Central (BC) terão sangue-frio para manter a "normalização parcial" da taxa básica de juros. "Normalização parcial" foi a qualificação oficial dos últimos dois aumentos, cada um de 0,75 ponto porcentual.

Mantido o padrão, a taxa será elevada para 4,25%.

O sangue-frio foi demonstrado, até a última reunião, com a tentativa de atender a dois objetivos: reagir à **inflação** crescente com um leve aperto monetário e, ao mesmo tempo, manter juros muito moderados para estimular a atividade. Economistas muito respeitados no mercado e na academia têm criticado a "normalização parcial", sugerindo ações mais fortes para contenção da alta de preços.

Isso permitirá, segundo argumentam, um avanço mais seguro, logo adiante, na reativação dos negócios.

O novo surto inflacionário é um fenômeno global. A **inflação** recuou quando a atividade foi derrubada pela crise pandêmica e retornou em seguida, mais forte, quando a economia reagiu.

O Banco Mundial dá destaque a esse novo surto na edição de junho de suas Perspectivas Econômicas Globais. Segundo o relatório, a **inflação** média nos países emergentes e em desenvolvimento chegou a 3,5% em 2020 e a projeção para 2021 aponta 4,5%. Na maior parte dos países, o resultado anual ficará na meta ou na vizinhança.

O cenário brasileiro é obviamente mais preocupante. A alta de preços tem sido bem superior à média observada naquele grande grupo de países e, além disso, as projeções são bem piores. Alguns fatores têm sido observados em toda a parte: alta das cotações de alimentos e de minérios e desvalorização das moedas em relação ao dólar.

Mas quem segue o dia a dia do Brasil percebe logo algumas diferenças. A alta geral de preços tem sido maior e as projeções são piores, assim como o impacto do câmbio. Desde o ano passado, o real tem sido uma das duas ou três moedas mais desvalorizadas diante do dólar. Além disso, a instabilidade cambial tem claramente refletido as incertezas diante do quadro fiscal e reações negativas a palavras e decisões do presidente da República. A posição do câmbio seria muito diferente se estivesse associada apenas ao comércio exterior, à evolução do balanço de pagamentos, ao estoque de reservas e à excelente condição de solvência externa.

O IPCA subiu 3,22% em cinco meses. Atingirá rapidamente a meta anual de 3,75% e ficará muito difícil evitar o estouro do limite superior.

O Copom terá de resolver se um aperto mais forte será justificável como forma de cumprir sua missão central, a defesa do poder de compra da moeda. Se um aumento maior de juros frear o crescimento, o desemprego, já muito alto, será ainda mais duradouro. Se a **inflação** continuar intensa, os desempregados e os pobres, de modo geral, serão os mais prejudicados.

É permitido jogar cara ou coroa em reunião do Copom?

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Gasolina e conta de luz impulsionam o índice

Os dados do IBGE mostram que os aumentos de preços da gasolina e da conta de luz responderam por quase metade da **inflação** de maio, com efeito direto em diversas cadeias produtivas.

Só no mês passado, a energia elétrica subiu 5,37%, com a entrada em vigor da bandeira tarifária vermelha patamar 1, que aumenta a cobrança adicional sobre a conta de luz.

As famílias também gastaram mais com o gás encanado e o gás de botijão, que já acumula uma alta de 24,05% em 12 meses consecutivos de aumentos. Enquanto isso, a gasolina registrou alta de 2,87% em maio, acumulando um aumento de mais de 45% em 12 meses. Também houve elevação nos preços do gás veicular, etanol e óleo diesel.

Na alimentação, as frutas ficaram mais baratas, mas houve nova rodada de altas nos preços das carnes e da alimentação fora de casa. Também pesaram mais no bolso os preços de medicamentos, plano de saúde, itens de vestuário e artigos de residência.

Apesar dos aumentos disseminados, ainda não há sinais de pressão de demanda sobre a **inflação**, defende Pedro Kislanov, gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE. Segundo o pesquisador, embora haja um cenário de recuperação da economia, o mercado de trabalho ainda mostra desemprego elevado e renda comprimida.

"Ainda temos um contexto de desemprego alto e renda comprimida", ressaltou Kislanov.

"Serviços tiveram queda." Dentro do IPCA, a **inflação** de serviços - usada como termômetro para medir pressões de demanda sobre a **inflação** - arrefeceu de uma alta 0,05%, em abril, para uma deflação de 0,15% em maio, sob influência da queda nas passagens aéreas (-28,33%), mas também de itens importantes no orçamento das famílias como aluguel residencial (-0,20%) e condomínio (-0,24%).

Para o gerente do IBGE, não há clareza sobre a influência da volta do pagamento do auxílio emergencial sobre a **inflação**, mas é possível que o retorno do benefício tenha gerado uma demanda por bens pontuais, em atividades como vestuário, artigos de residência e alimentos, que tiveram alta de preços em maio.

"Pode ter algum efeito, algumas famílias podem direcionar esses recursos para a compra desses itens, mas não tenho como afirmar que isso está acontecendo", disse Kislanov. "De maneira geral, como a gente teve alta em grupos que vinham em queda, como vestuário e artigos de residência, pode haver alguma influência do auxílio emergencial."

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

OCDE mostra a aceleração da inflação (3)

A acelerada recuperação das principais economias do mundo vem acompanhada do aumento da **inflação**, que está atingindo níveis não observados há muitos anos. Nos países que fazem parte da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a **inflação** acumulada em 12 meses passou de 2,4% em março para 3,3% em abril. Esta é a maior alta média dos preços desde setembro de 2008, de acordo com a OCDE.

Nos últimos 12 meses, a **inflação** nos países da OCDE, e em vários outros, como o Brasil, foi fortemente impulsionada pela alta dos preços de energia e de algumas das principais commodities agrícolas. Se da **inflação** nos países da OCDE medida pela variação do índice de preços aos consumidores forem excluídas as variações dos preços de alimentos e energia, bastante voláteis no mercado mundial, a alta em 12 meses ficaria em 2,4% em abril e em 1,8% em março.

A aceleração da **inflação** é generalizada entre os países da OCDE. Nos Estados Unidos, ela passou de 2,6% em março para 4,2% em abril; no Canadá, de 2,2% para 3,4%; no Reino Unido, de 1,0% para 1,6%; na Alemanha, de 1,7% para 2,0%. Na região do euro, passou de 1,3% para 1,7%. Exceção notável é o Japão, cuja deflação, de -0,2% em março, se aprofundou para -0,4% em abril.

No G-20, grupo das 20 maiores economias mundiais do qual o Brasil faz parte, a **inflação** anualizada passou de 3,1% em março para 3,8% em abril.

Argentina, Brasil, China, Arábia Saudita e África do Sul são países do grupo - além dos que fazem parte também da OCDE - onde a **inflação** sobe.

O expressivo aumento de muitas commodities nos últimos meses se dá sobre uma base de comparação (preços em abril de 2020) comprimida, por causa das medidas de restrições tomadas por muitos países para conter o avanço da pandemia. Com a retomada do crescimento, esses preços alcançaram níveis muito altos.

Em abril, os preços de energia na OCDE estavam 16,3% mais altos do que um ano antes. Em março, o aumento fora de 7,4%. É possível que a alta se mantenha por meses.

As medidas restritivas, como o trabalho em home office, fizeram aumentar muito a demanda de vários produtos, levando à escassez deles, com reflexos óbvios nos preços. Já há sinais de que a cadeia de produção de bens começa a se normalizar, mas não é um processo imediato.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Entenda por que o dólar está em trajetória de queda

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Depois de chegar a R$ 5,80 em março, ficar em R$ 5,40 em abril e fechar o mês de maio em R$ 5,22, o dólar caiu ainda mais ao longo dos primeiros dias de junho, alimentando a expectativa no mercado financeiro de um rompimento da marca de R$ 5.

A moeda americana fechou na terça-feira a R$ 5,03, cotação que oscilou ontem para R$ 5,06 (alta de 0,69%), mas os especialistas ouvidos pelo Estadão ainda veem espaço para novas quedas nos próximos dias. O movimento de valorização do real tem sido puxado por uma conjunção de fatores externos mais favoráveis, como a abundância de recursos no mercado internacional e o aumento de exportações brasileiras, puxadas pela retomada da economia mundial e alta dos preços das commodities (produtos básicos) agrícolas e metálicas.

No ambiente interno, a alta da taxa básica de juros (a Selic) também favorece a entrada de dólares no País, com a busca dos investidores por ganho mais elevado. O clima das últimas semanas é também de maior otimismo, com o crescimento da economia brasileira, melhora da arrecadação do governo e perspectiva de a dívida pública fechar em patamar mais baixo do que o previsto, apesar de o risco fiscal do País ainda não ter saído do radar.

"É o resultado de uma enxurrada de dólares, euros e yuans no mundo", diz Nathan Blanche, sócio da Tendências Consultorias.

Segundo ele, o fluxo cambial mais forte e a perspectiva de um superávit da balança comercial de pelo menos US$ 25 bilhões a mais do que os US$ 50 bilhões registrados no ano passado ajudam a reforçar a queda da cotação do dólar.

Ele lembra que o fluxo cambial do ano, até 4 de junho, estava positivo em US$ 10,5 bilhões, enquanto no mesmo período de 2020 o saldo estava negativo em US$ 9,6 bilhões. Ou seja, tem muito mais dólares entrando no País. Blanche calcula que a taxa de câmbio de equilíbrio seria de, no máximo, R$ 4,50, mas ressalta que o Brasil ainda tem uma doença crônica que é o rombo nas contas públicas a atrapalhar.

"Não tem governo, não tem desempenho que vá para frente com o déficit crônico." Alinhamento. Professor da Universidade Federal do ABC, Fábio Terra diz acreditar que as condições internas do Brasil têm pouco efeito nesse movimento de queda do dólar. Ele avalia que o dólar está cedendo por conta do ciclo de liquidez internacional, que melhorou bastante há um mês, depois que investidores e empresários assimilaram melhor o plano econômico do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden.

"O mundo entra num cenário um pouco mais calmo e isso favorece o Brasil, porque os investidores estão menos avessos ao risco", diz.

Terra aponta outro fator que está favorecendo o cenário atual: os exportadores, que estavam deixando lá fora as receitas obtidas das suas vendas, começaram a trazer os dólares para o País.

"Os exportadores estão aproveitando para voltar com o dinheiro enquanto o dólar ainda está valorizado.

Para eles, é importante voltar num momento de dólar mais alto", afirma.

O economista da UFABC diz que há margem para uma queda maior na direção do câmbio de equilíbrio entre R$ 4,50 e R$ 4,60.

O gatilho para esse movimento vai depender de como vierem os dados da economia americana e da decisão do Banco Central dos Estados Unidos (Federal Reserve, o Fed) sobre os juros.

Economista-chefe da BlueLine Asset, Fabio Akira, vê um alinhamento de fatores externos (dólar enfraquecendo no mundo, commodities subindo, juros futuros caindo nos EUA) favorecendo a queda da moeda americana, mas também domésticos, como crescimento melhor que o esperado favorecendo as contas públicas junto com aumento da **inflação**, alta acelerada da Selic e respeito a regras orçamentárias. "Pelo menos, não houve rompimento aberto delas. Foi uma conjunção desses fatores", diz. Para ele, esses fatores devem permanecer no curto prazo. "Mas meu medo é esse otimismo do mercado abrir espaço para leniência fiscal", pondera.

Akira avalia que, se a **inflação** americana ficar dentro

do esperado e o Fed se mantiver paciente com a retirada de estímulos fiscais, o dólar pode cair abaixo de R$ 5. "A divulgação da **inflação** americana é na quinta-feira (hoje) e a reunião do Fed é na semana que vem. Então, se tudo for mais ou menos tranquilo, pode haver apreciação adicional do real. Mas estou assumindo que as coisas por aqui também não vão se alterar muito do clima positivo que prevalece", diz.

l Perspectiva

"O mundo entra num cenário um pouco mais calmo e isso favorece o Brasil, porque os investidores estão menos avessos ao risco" Fábio Terra PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Evento discute rumos da economia no Brasil e no mundo

Vinicius Neder / RIO

Após o desempenho da economia no início do ano surpreender, como ficará o cenário para a atividade econômica neste ano?

A recuperação do tombo de 4,1% no Produto Interno Bruto (**PIB**, o valor de tudo o que é produzido na economia em determinado período) em 2020, por causa da covid-19, está consolidada? O crescimento econômico será sustentável, passado o pior?

Essas e outras questões estarão em debate hoje, às 10 horas, no II Seminário de Análise Conjuntural do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), organizado, totalmente online, em parceria com o Estadão.

No mundo todo, as projeções de crescimento econômico estão sendo revistas para cima na esteira do avanço da vacinação, do afrouxamento das medidas de isolamento social e restrição à locomoção, diz a apresentação do seminário online. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revisou sua projeção de crescimento para a economia global em 2021 para 5,8%, ante 5,6% anteriormente. O Banco Mundial estima que o crescimento global de 5,6% deste ano será o mais forte em 80 anos.

No Brasil, os dados do primeiro trimestre foram, mês a mês, desfazendo as expectativas de que a economia poderia começar 2021 em retração, como projetavam muitos economistas na virada do ano. Após a divulgação do **PIB** do primeiro trimestre, na semana passada, o Ibre/FGV revisou sua projeção de crescimento neste ano para 4,6%, ante 4,2% em maio.

O debate terá a participação dos pesquisadores Armando Castelar, coordenador da área de Economia Aplicada do Ibre/FGV, José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do instituto, e Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre. A moderação ficará a cargo de Adriana Fernandes, repórter especial e colunista do Estadão.

Inscrições: https://evento.fgv.br/analiseconjutural_10

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Brasil e as décadas perdidas - ALFREDO DA MOTA MENEZES

ALFREDO DA MOTA MENEZES

A revista de economia mais famosa do mundo, The Economist, em 2009, trouxe uma capa em que mostrava o Cristo Redentor, imagem mais conhecida do Brasil no exterior, decolando como se fosse um foguete. A economia brasileira vinha crescendo desde algum tempo e a desigualdade social diminuía.

Em 2013, a mesma revista colocou na capa um Cristo Redentor despencando e sem rumo. Antecipando o que viria a partir de 2014, já mostrava um Brasil com a economia se complicando.

Agora, em 2021, The Economist trouxe o mesmo Cristo Redentor usando máscara de oxigênio, como se estivesse sufocando e sem saber para onde ir. A longa matéria mostra os equívocos da economia brasileira e lança preocupações sobre o momento politico e o rumo da democracia no país.

A base maior das diferentes matérias da revista é o que preocupa por muito tempo muita gente no Brasil e também no exterior: por que o Brasil não tem uma sequência duradoura de efetivo crescimento econômico?

Sempre tem algo no meio do caminho que faz a economia despencar como a imagem do Cristo Redentor na capa de uma das edições da revista inglesa. Isso é uma constante em nossa história.

Outros países têm sequência de crescimento econômico por décadas seguidas. Tem um ou outro atrapalho no meio da estrada, mas não que faça perder década em estagnação econômica, com consequências na vida social do país. Não tem sido o caso brasileiro.

Não precisa ir longe na história para perceber isso.

Comecemos pelo regime militar.

Desde o governo Ernesto Geisel, com as crises do petróleo e da dívida externa, o país começou a capengar. A coisa cresceu muito no governo seguinte de João Figueiredo. Foram três anos de brutal recessão.

A **inflação** chegou também.

Quando ele deixou o governo a **inflação** anual já passava de 200% ao ano. Ou alguém acha que os militares iriam deixar o poder, ou perdê-lo para a oposição num tal Colégio Eleitoral, se a economia estivesse crescendo?

No governo Sarney a **inflação** chegou a ser mais de mil por cento ao ano. Apareceu Collor de Mello como 'salvador' da pátria, foi mandado embora não por causa de um Fiat Elba, mas porque a economia estava em pandarecos. Foi, no total, uma década perdida na economia e no lado social.

Do fim da **inflação**, ali por 1992, até 2013, houve crescimento econômico no país, daí a capa do Cristo decolando.

Daqui a pouco, a partir de 2014, lá estava o Brasil ladeira abaixo mais uma vez, incluindo a maior recessão de nossa historia, em 2015 e 2016. O brasileiro vai ter a renda de 2014 somente em 2024. Outra década perdida na economia.

Não temos sequência de crescimento. Ganha-se num momento e perde-se em outro.

Daí as diferentes imagens do Cristo Redentor, criadas pela revista do exterior. Este é o assunto mais importante do país para ser enfrentado e ficamos, agora como no passado, discutindo picuinhas e vivendo de factoides criados na ilha da fantasia que é Brasília.

Não temos sequência de crescimento.

Ganha-se num momento e perde-se em outro

Site: http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10576

ESG: é preciso compreender, adotar e disseminar - ACB EM FOCO

No universo da gestão, não é raro encontrar neologismos e termos técnicos que confundem mais do que esclarecem. Eis que surge um capaz de se estabelecer nas instituições públicas e privadas mundo afora. Trata-se do ESG, sigla oriunda das palavras ENVIROMENTAL, SOCIAL e GOVERNANCE; do idioma inglês. Quando traduzidas, se equivalem a AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA. Apoiam o conceito de sustentabilidade, abrangendo várias questões consigo.

No quesito ambiental, aponta-se: descarbonização, eficiência energética, digitalização, gestão de resíduos, externalidades, dentre outros fatores. No caráter social, vale ressaltar: benefícios que a instituição promove nos meios onde está inserida, políticas de isonomia, respeito à dignidade e às diversidades, valorização do trabalhador, além de outros tópicos vinculados ao tema. Na governança, destacam-se: ética, transparência, compliance, accountability, segurança jurídica e combate à corrupção.

Esse tripé de letras sustenta o que o Fórum Econômico Mundial batizou de Capitalismo de Stakeholder ou capitalismo com propósito. O entendimento é que o lucro não serve como parâmetro principal para demonstrar quais negócios são, de fato, sustentáveis. Utilizar o **PIB** como medida de prosperidade nacional também se revela um equívoco. Nesse sentido, os princípios ESG têm o intuito de promover uma nova visão sobre a viabilidade das empresas, projetos e políticas públicas.

Alinhados a essas práticas e aos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, bancos de fomento e os convencionais de mercado não mais disponibilizarão recursos financeiros para atividades que não atendam aos critérios ESG, com base em padrões quantitativos e qualitativos.

Não obstante, a inovação, com seus múltiplos aspectos, será preponderante nas ações demandadas pelo mundo. Entendê-la como o caminho rumo às transformações, via ESG, é fundamental para alcançarmos o bem-estar socioeconômico. Para tanto, toda a cadeia produtiva, com indústrias, comércios, prestadores de serviços e governos, tem que se adaptar a essa nova realidade.

É mister salientar que as perspectivas dessa reengenharia colocam o Brasil como peça-chave desse movimento. Especialistas estimam que possuímos o potencial de uma Arábia Saudita nos negócios em ESG, em alusão à pujança deste país do Oriente Médio no setor de petróleo.

Seguir princípios, critérios e parâmetros ESG para a gestão pública e privada, gerando e agregando valor, respeitando as partes interessadas, mitigando riscos, monitorando a econometria dos resultados atrelados às boas práticas e buscando inovar de maneira constante será o novo normal do desenvolvimento sustentável.

Site:
http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_2F95D348D33A114E0D32D794AE6B13FFB3E42B116452D60A50B3DD1E2CFF62A88E9BE117CD44FFCF58F3729D3C9EC72704549316213A3A5DAEDE4DF9687457175878CF2B705C190E2E7D1F69DB77E51950D0FF0614EACC4695C79DB79DBDD4D55203DBFA8DC8F6C280F0B11A4F0B1A64EFBD88D38CC9B9920A178C

Planos sociais (3)

Está quase certo que o auxílio emergencial será prorrogado até setembro. Vem aí, também, um programa de subsídio de empregos para jovens, além do plano de reformular o Bolsa Família. Em razão da pandemia, programas de assistência e de incentivo ao emprego serão ainda mais necessários no Brasil.

Esse socorro urgente, contudo, não impede a criação de um programa amplo e melhorado de redução da pobreza. Recuperar empregos demora nas recessões. Nesta crise, o problema será maior, pois a retomada do setor de serviços -o principal empregador, principalmente de trabalhadores menos qualificados- depende do controle do vírus.

A escassez de trabalho deve ser maior no caso de um país em que o **PIB** (a soma de todos os bens e serviços produzidos) estará ainda quase 2% abaixo do nível de 2014 ao final deste ano. Repensar a política social, pois, exige ação imediata. Propostas não faltam, uma delas já transformada em um projeto de Lei de Responsabilidade Social, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O texto prevê a revisão do Bolsa Família, a criação de um seguro para trabalhadores de baixa renda impedidos de garantir seu sustento e um fundo de poupança a ser sacado por jovens que completem os estudos, por exemplo. Estipula ainda a redução de isenções fiscais e o fim de programas que funcionam mal, como abono salarial, salário família e seguro defeso. A redução de gastos poderia incrementar a nova política.

Trata-se de uma boa base para o debate. Governo e Congresso deveriam chegar logo a uma proposta viável, que caiba no Orçamento. Há por superar, no entanto, a inoperância do Executivo e as tentações populistas de Jair Bolsonaro.

Site: https://www.pressreader.com/brazil/agora

Pobres pagam o pato

Enquanto o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, que apura a **inflação** de famílias com rendimento de um a 40 salários-mínimos) foi salgado, de 8,06% nos últimos 12 meses encerrados em maio, o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC, para famílias de um a cinco mínimos) representou peso maior no bolso dos mais pobres: ficou em 8,90%, no período. Considerando apenas o mês de maio, o INPC teve avanço superior (0,96%) ao do IPCA(0,83%).

No IPCA, aliás, esse foi o maior resultado para um mês de maio desde 1996. E, no INPC, a maior variação desde maio de 2016. Em ambos, o impacto maior veio do preço dos alimentos, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No INPC, no entanto, os produtos alimentícios, fundamentais para a sobrevivência, subiram 0,53% em maio, ficando acima do resultado de abril (0,49%). E os não alimentícios tiveram alta de 1,10%, contra 0,35% em abril. No IPCA, os nove grupos de produtos e serviços pesquisados apresentaram alta em maio. No entanto, o item alimentação e bebidas (0,44%) ficou em quinto lugar, com impactos de 0,10% e 0,09%, respectivamente. O maior impacto (0,28%) e a maior variação (1,78%) vieram da habitação, que acelerou em relação a abril (0,22%).

A segunda maior contribuição (0,24%) do IPCA veio dos transportes, cujos preços subiram 1,15% em maio, após recuarem 0,08% em abril. Na sequência, vieram saúde e cuidados pessoais (0,76%). Fora os alimentos, a segunda maior variação no mês para os que ganham de um a 10 salários-mínimos foi no grupo de artigos de residência (1,25%). Os demais grupos variaram entre 0,06% (educação) e 0,92% (vestuário).

De acordo com o IBGE, a alta do grupo habitação (1,78%) teve como causa, principalmente, o resultado da energia elétrica (5,37%), o maior impacto individual no índice do mês (0,23%). Isso porque, em maio, passou a vigorar a bandeira tarifária vermelha patamar 1, que acrescenta R$ 4,169 na conta de luz a cada 100 quilowatts-hora consumidos. "Vale lembrar que, entre janeiro e abril, estava em vigor a bandeira amarela, cujo acréscimo é menor (R$ 1,343). Além disso, no final de abril, ocorreram reajustes em diversas regiões de abrangência do índice", informa o órgão.

Pronampe, luz no fim do túnel? (2)

POLLYANNA R. GONDIN

No dia 2 de junho foi sancionado um projeto de lei para apoiar as micro e pequenas empresas brasileiras nesse momento de crise, transformando o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Micro-empresas e Empresas de Pequeno Porte) em política permanente. O programa foi criado em 2020 para socorrer as empresas de menor porte que foram duramente impactadas pela crise da Covid-19, e concede crédito com um prazo maior para pagamento e juros equivalentes à Selic mais 1,25%. Sua permanência significará mais de R$ 5 bilhões concedidos às empresas por meio de crédito

Essa notícia vem em um momento de grande instabilidade e incertezas para grande parte de toda a sociedade. Em um primeiro momento, parece ser algo positivo, ainda mais levando em consideração que mais de 90% das empresas são de micro e pequeno porte. Entretanto, analisando mais a fundo nos deparamos com um dos grandes problemas que é enfrentado por parte dessas empresas: os juros. Se, no ano passado, o crédito foi ofertado a juro de 1,25% mais Selic, hoje a nova versão do programa atualiza os juros para a Selic (3,5%) mais 6%.

Além disso, é importante lembrar que, em 2020, mesmo com juros mais baixos o programa não foi eficiente em promover o crescimento econômico, de modo que fechamos o ano com uma retração econômica de 4,1% - apenas o agronegócio apresentou resultado positivo, no agregado. A indústria e o setor de serviços viram seus números despencar com a queda do consumo, o encarecimento da produção e o aumento do desemprego.

Afinal, o que se espera de um programa idealizado para priorizar o micro e pequeno empreendedor é que ele crie condições e tenha políticas de pagamento que atendam à necessidade do público a que se destina, ainda mais nesse cenário em que vivemos. Um programa criado para atender micro e pequenas empresas, mas que não olha para as suas reais necessidades, é ineficaz e não cumpre seu objetivo primário. Cobrar juros de 6% mais a Selic apenas dificultará, tornando inviável o acesso dessas empresas ao crédito.

É fácil criticar e não propor uma solução que seja plausível e que faça jus à realidade das empresas brasileiras, então qual solução seria possível? O que poderia ser feito pelo governo federal para que as micro e pequenas empresas fossem amparadas? Nesse aspecto é sempre importante lembrar que o sucesso das empresas, o aumento das vendas e a lucratividade repercutem também como sucesso do governo, como crescimento e possível desenvolvimento econômico. Assim, o interesse é próprio. O Pronampe poderia oferecer uma linha de crédito com juros menores, ou até mesmo sem juros, uma vez que o intuito de um governo não é gerar lucratividade, diferentemente das empresas. Se a proposta tivesse juro zero o empresário pagaria apenas a quantia emprestada, tendo condições de, por exemplo, manter o emprego de seus colaboradores, e a taxa de sucesso do programa e sua efetividade seriam maiores.

Atualmente milhares de pessoas vivem na miséria e perderam seus empregos, tanto que a taxa de desemprego no País está em 14,4%. E essas pessoas dependem de um auxílio emergencial de, no máximo, R$ 375,00, e que conforme anunciado acabará na metade deste ano. Isso sem contar a **inflação**, principalmente dos alimentos, que está assolando e reduzindo drasticamente o poder de compra da população. Assim, para além de frases motivacionais, a população brasileira e os empresários precisam mesmo é de amparo. Nos moldes atuais, o Pronampe ficou mais para um túnel sem fim do que uma luz no fim do túnel.

* Professora da Escola Superior de Gestão, Comunicação e Negócios do Centro Universitário Internacional Uninter. Pollyanna.r@uninter.br

Site: https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-10-06-2021/